



SENADO FEDERAL
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

**JOAQUIM RORIZ: A FORÇA DO POPULISMO ENTRE
OS ELEITORES DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília/DF
2008



ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

**JOAQUIM RORIZ: A FORÇA DO POPULISMO ENTRE OS
ELEITORES DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro e como requisito para obtenção do título de especialista em Ciência Política.

Orientador: Professor Dario Alberto de Andrade Filho

Brasília/DF
2008

JOAQUIM RORIZ: A FORÇA DO POPULISMO ENTRE OS
ELEITORES DO DISTRITO FEDERAL

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Ciência
Política, realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis)
no 2º semestre de 2008

Aluno: Antônio Carlos de Andrade

Banca Examinadora:

Professor Dario Alberto de Andrade Filho

Professor Marcos Aguiar

Brasília, 27 de novembro de 2008

Dedico este trabalho à memória de meus pais - Clarindo de Almeida Andrade e Clarice de Paula Andrade - que souberam em vida ensinar-me, para sempre, o valor do trabalho, da solidariedade, da fraternidade e da honestidade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dario Alberto de Andrade Filho, pelas críticas, sugestões e orientações que permitiram melhorar o conteúdo do presente trabalho.

Aos professores, aos servidores do UNILEGIS e aos colegas do curso, que tornaram este período um espaço permanente para troca de idéias e debates com o conseqüente aprendizado sobre temas importantes e fundamentais que permitiram ampliar o meu conhecimento na área da Ciência Política.

Aos meus colegas de trabalho pela solidariedade, em especial, à Rosana Cunha, por sua valiosa e criteriosa colaboração na revisão e construção do texto final da monografia, e ao companheiro Senador José Nery, do Partido Socialismo e Liberdade, que apoiou a idéia de valorizar e ampliar meu conhecimento e aprendizado sobre temas fundamentais da Ciência Política, que servirá, e muito, ao aperfeiçoamento e ao desempenho de meu trabalho cotidiano e militante em seu Gabinete do Senado Federal.

*Não é a consciência das pessoas que determina o seu ser, mas, ao contrário, seu ser social é que determina a sua consciência. **Karl Marx***

RESUMO

Este trabalho busca investigar a forma como o populismo se desenvolveu no Distrito Federal, em especial a partir de meados dos anos 1980. O personagem principal é Joaquim Roriz, que governou Brasília durante 14 anos em quatro mandatos, alterando profundamente a realidade local. O ponto de partida é a época em que grandes levas de trabalhadores brasileiros vindos de todos os cantos do país, principalmente de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e dos estados do Nordeste, acolheram ao chamado de Juscelino Kubitschek e de visionários como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Bernardo Sayão, Israel Pinheiro e outros, de erguer uma nova capital no Planalto Central do País. A política local adquiriu certas particularidades, entre elas o fato de que as eleições para os cargos políticos só aconteceram a partir de 1986 e o primeiro governador eleito pela população foi o último nomeado. Jornais da época, revistas, livros e pesquisas em sites especializados subsidiaram o presente estudo.

Palavras-Chave: Brasília; Crescimento Populacional; Eleições; Joaquim Roriz; Populismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	15
2.1. O PASSADO	15
2.2. O PRESENTE E O FUTURO	18
3. A HISTÓRIA POLÍTICA DE BRASÍLIA	24
3.1 DOS PRIMÓRDIOS À CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA	24
3.2. A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA	26
4. A POLÍTICA EM BRASÍLIA ATÉ A NOVA REPÚBLICA	29
4.1. DA FUNDAÇÃO DE BRASÍLIA AO FINAL DOS GOVERNOS MILITARES	29
4.2 BRASÍLIA DURANTE O ÚLTIMO GOVERNO MILITAR	37
5. A POLÍTICA NO DISTRITO FEDERAL APÓS A NOVA REPÚBLICA	42
5.1. O PRIMEIRO GOVERNO DE JOAQUIM RORIZ	42
5.2. EM BUSCA DE UM SUCESSOR E O GOVERNO CRISTOVAM BUARQUE	51
5.3. A VOLTA AO GOVERNO	54
6. CONCLUSÃO	59

1. INTRODUÇÃO

Procuro desenvolver nesse breve estudo as circunstâncias e motivações que mobilizaram milhares e milhares de brasilienses, pioneiros oriundos principalmente dos estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Piauí, Mato Grosso e Bahia e os demais contingentes de eleitores que chegaram de todo o país em um segundo momento de expansão, crescimento e consolidação da Capital da República, a votarem e elegerem Joaquim Domingos Roriz por três mandatos como Governador, em 1990, em 1998 e em 2002, e como Senador em 2006.

Para tanto, situo também o panorama político e conjuntural em que os principais acontecimentos da vida política nacional refletiram no Distrito Federal: a construção de Brasília, o período da ditadura militar, a resistência e a luta dos trabalhadores e setores populares, a Nova República, os processos eleitorais e os principais atores do jogo político na Capital desde a conquista de sua autonomia até os tempos atuais.

Após a conquista da autonomia política do Distrito Federal, com a realização de eleições regulares a partir de 1986, quando o Distrito Federal elege 8 deputados federais e 3 senadores, surge nas eleições de 1990 o candidato Joaquim Roriz, que havia governado o Distrito Federal nomeado pelo presidente José Sarney para o período de 19 de setembro de 1988 a 9 de março de 1990.

A partir de sua eleição em 1990, Roriz torna-se um fenômeno eleitoral e popular, com força e representatividade no quadro político local. Líder político carismático, oriundo do Estado de Goiás, teve sua atuação política iniciada no município de Luziânia. Neste município, que foi berço de sua família e de onde estendeu sua influência política, começou sua carreira como vereador para depois assumir papel de destaque como político no Estado de Goiás e depois no Distrito Federal no final dos anos 80.

Joaquim Roriz foi Governador do Distrito Federal, indicado por José Sarney e referendado pelo Senado Federal, entre os anos de 1988 a 1990. Participou da 1ª eleição direta para Governador em 1990, quando derrotou pela primeira vez nas urnas um candidato do PT - Partido dos Trabalhadores, o médico e militante sindical Carlos Saraiva.

Roriz iniciou, já em 1988, em seu primeiro governo, um vasto programa de distribuição de lotes para moradias em terras públicas nas cidades recém criadas ou em expansões de cidades já existentes, seguindo práticas adotadas em algum grau por seus antecessores nomeados pelo governo militar, como ocorreu durante os governos de Helio Prates da Silveira, entre 1969 e 1974, e de Elmo Serejo Farias, entre 1974 e 1979, fator que contribuiu para um grande incremento populacional na capital do país.

No período de 1979 até a primeira posse de Joaquim Roriz, em 1988, quando Aimé Lamaison, José Ornelas, Ronaldo Costa Couto e José Aparecido de Oliveira foram governadores, não cessaram os fluxos migratórios, principalmente do Nordeste do país, ampliando a demanda pela terra e por moradia. Portanto, a questão da moradia constituiu-se em um dos principais desafios de Roriz ao assumir.

Além de dar continuidade ao programa de moradia em seu segundo governo, de 1990 a 1994, Roriz vai tecendo acordos e cooptando lideranças populares nos bairros das novas e das antigas cidades, lançando as bases para a construção de seu poder e representatividade entre as classes populares, enraizando o PMDB e a si mesmo, com uma roupagem populista, nas camadas populares residentes nos assentamentos.

Impedido pela legislação eleitoral da época de concorrer à reeleição em 1994, Roriz lançou como candidato a governador o ex-Senador Valmir Campelo, que foi derrotado, em segundo turno, pelo então candidato do PT, Cristovam Buarque.

Após 4 anos do governo petista de Cristovam Buarque, Roriz retorna em 1998 como candidato a governador e derrota a aliança política liderada pelo PT, obtendo forte votação nas cidades satélites e nos assentamentos populares. Roriz candidata-se à reeleição em 2002 e derrota Geraldo Magela, candidato da Frente de Esquerda, liderada pelo PT, em um pleito marcado por graves denúncias de corrupção e de compra de votos por parte da coligação rorizista.

Antes do término, Roriz renuncia ao seu mandato, passando o cargo à Vice-Governadora, Maria de Lourdes Abadia, para que pudesse concorrer a uma vaga de Senador nas eleições de 2006. Apesar das denúncias de mais uma eleição fraudulenta, Roriz sai novamente vitorioso.

Em 2007, Joaquim Roriz renuncia ao seu mandato no Senado, após graves denúncias de corrupção durante seu governo, envolvendo-o, bem como o Presidente

do Banco Regional de Brasília - BRB, Sr. Tarciso Franklin, o dono da empresa aérea GOL, Nenê Constantino e outros, numa partilha de mais de 2 milhões de reais desviados dos cofres públicos.

Apesar da renúncia para escapar da cassação de seu mandato no Senado, e de estar enfrentando inúmeros processos judiciais movidos pelo Ministério Público e por partidos políticos adversários, Joaquim Roriz trabalha junto ao seu partido, o PMDB, e em suas bases para uma possível volta ao cenário político do Distrito Federal em 2010.

Diante desse quadro, o presente trabalho pretende investigar e pesquisar com base nos dados disponíveis, a trajetória de um fazendeiro do Estado de Goiás que galgou todos os degraus da vida política, iniciando a carreira em seu Estado e depois no Distrito Federal, com forte liderança e apoio entre as classes populares.

Para fundamentar o presente estudo, foram levantados dados e informações disponíveis em arquivos do Tribunal Regional Eleitoral, em resultados de pesquisas eleitorais e de campo sobre o comportamento do eleitor do Distrito Federal, realizadas por diversas instituições e pesquisadores, em matérias dos jornais locais e nacionais e também em informações de órgãos governamentais que tiveram atuação importante no processo de criação e consolidação das novas cidades durante os mandatos de Joaquim Roriz.

Informações obtidas junto à Justiça do Distrito Federal sobre inúmeras ações judiciais contra o ex-governador também serão objeto de análise no presente estudo, bem como a relação de grileiros que mantiveram algum nível de relação com Roriz, como é o caso dos irmãos Passos. No Superior Tribunal Federal, o ex-governador responde a vários inquéritos por crimes de imprensa e contra a honra, por crimes eleitorais e uso da máquina administrativa e por crimes contra a administração pública. Na Justiça Federal, responde a várias Ações Civas Públicas e a Inquéritos por crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e outros. Algumas dessas ações foram julgadas em 1ª Instância com a condenação do ex-governador, tendo seus advogados recorrido para instâncias superiores da Justiça.

Para avançar o processo democrático e conhecer as motivações do voto popular, é necessário conhecer também o modo de pensar e agir dos principais atores que participaram e que participam ainda hoje do jogo político no Distrito Federal, como os

partidos políticos e suas principais lideranças na capital do país. Isso, é evidente, dentro das limitações impostas por um trabalho de natureza monográfica.

Com formação populacional que reflete a diversidade do próprio país, o Distrito Federal viu chegar levas e levas de nordestinos, cariocas, mineiros e goianos principalmente, além de nortistas, sulistas e outros, desde os primórdios de sua fundação.

A diversificada formação do povo e da sociedade brasiliense, o uso da máquina pública, a distribuição de lotes em terras públicas, o competente uso dos meios de comunicação durante todos os seus mandatos para construir uma imagem de *“líder político, homem público realizador de obras, o defensor dos humildes”* aliada à ignorância e ao atraso político de expressivas parcelas da população, poderiam ser alguns dos fatores responsáveis pelo surgimento do fenômeno eleitoral “Roriz”.

Como uma espécie de um novo coronel do cerrado, com o apoio de uma poderosa máquina de propaganda sob seu controle, aliadas à manipulação de lideranças de vários segmentos populares e religiosos, e com um povo submetido ao longo da história de Brasília, à ignorância, às necessidades de toda ordem, ao voto de cabresto e à violência e ameaças de cabos eleitorais, Roriz foi construindo seu espaço no quadro político local como um novo salvador da pátria. Ele encontrou em Brasília todas as condições para implantar e desenvolver sua política populista e clientelista.

O baixo grau de instrução, necessidades materiais de toda ordem e a busca de moradia e de melhores condições de vida na Capital da República, forjaram um eleitorado fiel a Joaquim Roriz e a seu esquema político baseado no clientelismo, que ao mesmo tempo visava a atender às parcelas mais pobres e necessitadas do povo, dominando-as e vinculando-as às suas práticas políticas, e também aos interesses empresariais e econômicos dos integrantes das classes mais abastadas, que sempre tiraram vantagens desse esquema de poder instalado na Capital da República.

As principais organizações representativas do empresariado local, a exemplo da FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal, da CDL - Câmara dos Diretores Lojistas, do SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil, dentre outras, sempre tiveram canais privilegiados de interlocução e negociação de seus interesses,

principalmente obras e serviços para o governo, junto a Joaquim Roriz desde seu primeiro governo.

Figuras expressivas desses segmentos empresariais, como o ex-Deputado Distrital e ex-Senador Luis Estevão, o Senador Gim Argelo, o Senador Adelmir Santana, o ex-Deputado e ex-Senador Paulo Otávio, hoje Vice-Governador do Distrito Federal, dentre outros, foram eleitos por partidos da base política que sempre deram sustentação aos sucessivos governos de Roriz.

Joaquim Roriz, com práticas políticas inauguradas desde seu primeiro governo, tem sido uma espécie de “*pai dos pobres*”, quando distribui lotes e cria novos assentamentos, fornece cestas básicas, e “*protetor e amigo*” de parcelas das elites empresariais, recompensadas com milionários contratos quando esteve à frente do Buriti em seus quatro mandatos, e também por meio de estímulos e incentivos de toda ordem à classe empresarial local, como os programas de doação de áreas públicas para expansão industrial e comercial, anistia fiscal ou renegociação de dívidas aos diversos segmentos do setor produtivo.

O fenômeno não é novo na história política nacional. Mesmo o fundador de Brasília, Juscelino Kubitschek de Oliveira, utilizava-se de expedientes populistas durante seu governo. A criação de Brasília, o desenvolvimentismo, o estilo populista de governar com certa independência dos partidos políticos, dentre outras características, também inclui Juscelino na categoria de um presidente populista.

Com base nos estudos dos resultados eleitorais, principalmente a partir de 1990, nota-se o crescimento da influência da política clientelista liderada por Joaquim Roriz, mantendo nas sucessivas disputas, vitórias expressivas com a eleição de bancadas de deputados federais e de deputados distritais, mesmo com o crescimento dos chamados partidos de esquerda no Distrito Federal, principalmente o PT, histórico adversário do rorizismo.

O presente trabalho está organizado em um Capítulo 1 de natureza introdutória. O Capítulo 2 trata do processo de ocupação do território do Distrito Federal, o Capítulo 3 busca relatar e situar os principais fatos que marcaram a história política de Brasília, o Capítulo 4 aborda o quadro político após o fim da ditadura militar, o advento da Nova República e o surgimento de Joaquim Roriz na vida política da Capital Federal, o

Capítulo 5 trata da política no Distrito Federal, e o Capítulo 6 apresenta a conclusão da monografia.

2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL

2.1. O PASSADO

Para compreender melhor em que ambiente se desenvolve e prospera o populismo e o clientelismo na vida política do Distrito Federal, é necessário observar alguns aspectos sobre a história da construção da nova capital do país a partir dos anos 50 do século passado, em particular o processo migratório e as características das parcelas da população brasileira que chegaram ao novo território.

Em 1956, ano do início das obras da Capital Federal, existiam apenas dois povoados localizados dentro do quadrilátero demarcado para a construção de Brasília - Planaltina e Brazlândia - pacatos lugarejos do estado de Goiás pertencentes respectivamente aos municípios de Formosa e Luziânia, cercados por imensas fazendas de gado de proprietários goianos, inclusive da família de Joaquim Roriz. Estas cidades preservaram suas características originais até os anos 70, quando também começaram a receber o fluxo de novos migrantes ampliando sua população em novos assentamentos.

Foi nesse cenário, apesar de potencialmente rico, que foram criados inúmeros acampamentos das construtoras para abrigar os milhares de operários da construção civil que viriam construir os principais monumentos e prédios residenciais que inaugurariam o Plano Piloto de Brasília. A maioria desses trabalhadores vieram principalmente dos estados do Nordeste, de Minas Gerais e de Goiás para trabalharem nos canteiros de obras da nova Capital. Foram denominados candangos os que vieram para trabalhar na construção de Brasília.

Fora dos acampamentos, ou em seu redor e proximidades, cresceram ocupações que mais tarde viriam a se tornar as primeiras cidades do Distrito Federal, como foi o caso da Cidade Livre - hoje Núcleo Bandeirante - da Candangolândia, da Fazenda do Gama que viria a se tornar a cidade do Gama e que abrigou principalmente os moradores dos acampamentos do Paranoá, da Vila Planalto e de remanescentes da Vila Amauri, todos no Plano Piloto.

Processos semelhantes ocorreram na ocupação onde hoje se situa o Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo, o Guará e Taguatinga, sendo que esta última localidade abrigou principalmente os ocupantes da Vila Amauri e da Vila Planalto, que se encontravam em área do Plano Piloto que seria inundada pelo Lago Paranoá quando do enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica do mesmo nome.

Em maio de 1960, nas terras pertencentes à antiga fazenda Sobradinho, foram erguidos os acampamentos para os empregados das empreiteiras contratadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e que também abrigaram moradores da Vila Amauri. Estava criado o núcleo da cidade de Sobradinho em 1960.

Importante destacar que o processo de desapropriação das terras apresentaram problemas desde o início da construção, por ser a União a legítima proprietária e não o Governo do Distrito Federal, o que às vezes, impedia a ocupação e a criação de novos núcleos urbanos ou assentamentos de moradores removidos de áreas do Plano Piloto por parte da Prefeitura e depois Governo do Distrito Federal.

As características comuns das ocupações à época da construção de Brasília parecia seguir um roteiro pré-estabelecido, porém sem organização e presença do poder público. Quem chegava para trabalhar, sendo solteiro, ia morar nos acampamentos das construtoras. Os que eram casados e traziam suas famílias, se arrumavam como podiam, ora ocupando terrenos próximos das obras em que trabalhavam, ora ocupando áreas do cerrado onde já se encontravam acampadas algumas famílias. No entanto, os engenheiros e os técnicos especializados tinham a garantia de residências dignas para suas famílias, quase sempre construídas nas proximidades das obras sob sua responsabilidade técnica.

No início o crescimento foi desordenado, não obedecia a nenhum planejamento, exceto é claro, no Plano Piloto. Essa espécie de cultura ancestral do povo brasileiro na ocupação do espaço urbano, parece que se perpetua. Os exemplos mais recentes desse fenômeno no Distrito Federal são as ocupações da Estrutural, do bairro Itapoã no Paranoá, do Vale do Amanhecer e Arapoanga em Planaltina, do Condomínio Sol Nascente e Por do Sol na Ceilândia, dentre outras, todas de famílias de baixa renda, de trabalhadores da economia informal, de domésticas e até mesmo de grileiros e

oportunistas que sempre aparecem nas ocupações se dizendo donos daqueles lotes ou até mesmo dos terrenos ocupados por outras famílias.

A razão principal desse movimento é a ausência de uma política habitacional voltada para as classes populares. Também era visível a existência de uma exploração da boa fé do povo, de parte de políticos e grileiros que construíram suas carreiras e acumularam prestígio e fortunas, estimulando as ocupações ou até mesmo tomando parte delas em alguns momentos.

Vale o registro da participação ativa do Deputado Federal José Edmar e do ex-Deputado Distrital Luiz Estevão no apoio à ocupação da Estrutural, e ainda do ex-Deputado Pedro Passos, amigo e afilhado político do ex-governador Roriz, na grilagem e ocupação de terras públicas para constituição ilegal de vários condomínios de classe média no Distrito Federal.

Houve outros governantes no Distrito Federal, à época dos prefeitos e governadores nomeados pelo Presidente da República, que utilizaram práticas populistas na tentativa de conter conflitos sociais, principalmente na área de habitação e doação de terras públicas.

Porém, quem mais apareceu como incentivador, credor e avalista de todas essas práticas no Distrito Federal foi Joaquim Roriz a partir de sua indicação como governador em 1988.

Quando assumiu pela primeira vez, Joaquim Roriz vinha de uma experiência à frente do Executivo em Goiânia, onde, inspirado nas práticas populistas do então governador Íris Rezende, já operava com distribuição de lotes em terras públicas e conhecia muito bem o potencial que tais práticas proporcionava à popularidade do governante.

Durante seus governos, de 1988 a 1990, de 1990 a 1994, de 1998 a 2002 e de 2002 a 2006 é que houve um acelerado e vertiginoso crescimento das ocupações urbanas e do uso político da “doação” de lotes aos “mais carentes”, doutrina e base de um populismo que sempre esteve presente na vida política local, desde os primórdios da ocupação do território do Distrito Federal como veremos a seguir.

2.2. O PRESENTE E O FUTURO

Em meados da década de 1960 o Distrito Federal já contava com uma população de 400 mil habitantes e possuía oito centros urbanos em seu território: Plano Piloto, Taguatinga, Gama, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá e a Cidade Livre, localidade que mais tarde viria a denominar-se Núcleo Bandeirante. Foi nesse período que surgiram as cidades do Guará e de Sobradinho, com a finalidade de absorverem as populações de acampamentos e invasões que não paravam de crescer no Plano Piloto e em suas imediações. No entanto a medida não foi suficiente para abrigar a população de todas as ocupações existentes.

Para tentar solucionar o problema, o governo do Distrito Federal criou, em 1970, a Ceilândia, para onde foram removidos milhares e milhares de pessoas. Nota-se, desde essa época, que os governos nomeados pela ditadura militar dispensavam um tratamento autoritário à questão da ocupação do solo urbano e da política habitacional. Agiam segundo as demandas imediatas, e de forma segregadora e não integradora das populações formadas principalmente por trabalhadores.

Note-se que o Plano Piloto, com suas superquadras e traçado arquitetônico revolucionário, não considerou os operários que o construiu, pois nele não puderam ter suas moradias. Não foi planejado nenhum setor de moradias populares no Plano Piloto, principalmente para os trabalhadores da construção civil, que desde o início de Brasília foram obrigados a viver segregados.

Nos anos seguintes à fundação de Brasília, continuavam chegando os migrantes, principalmente dos estados do Nordeste brasileiro, e não havia um plano de construção de moradias populares e nem de investimentos em obras de infra-estrutura para as novas cidades que iam surgindo ou naquelas que iam adensando moradias e sua população.

Para o presente estudo, é importante registrar que no processo de transferência das ocupações e invasões localizadas em vários pontos do Plano Piloto, o governador Helio Prates, nomeado pela ditadura militar e cujo mandato durou de novembro de 1969 a março de 1974, contou à época, com a colaboração da assistente social Maria de Lourdes Abadia, Secretária de Serviço Social e encarregada de fazer a remoção das

populações que viviam em favelas e ocupações do Plano Piloto e em suas imediações através da Campanha de Erradicação de Invasões, a CEI, que inclusive deu origem ao nome da nova cidade – Ceilândia.

Maria de Lourdes Abadia viria a ser Vice-Governadora de Joaquim Roriz de 2002 a 2006, além de ter sido deputada distrital e federal e de ter ocupado cargos públicos em diversos governos, inclusive no de Cristovam Buarque, do PT, onde ocupou a Secretaria de Turismo entre os anos de 1995 a 1996.

Fez sua carreira política atuando fortemente na Ceilândia, apresentando-se sempre como uma espécie de “mãe” que fundou aquela cidade e deu “proteção, lote e moradia” aos “mais necessitados”, e sempre obteve votações expressivas daquela população, constituída majoritariamente por trabalhadores nordestinos. Podemos afirmar que Maria de Lourdes Abadia antecedeu Joaquim Roriz nas práticas assistencialistas e clientelistas junto às camadas populares do Distrito Federal, principalmente na Ceilândia.

A respeito da manipulação ideológica que se fez em torno da construção de Brasília e sobre o operariado que a ergueu, Gustavo Lins Ribeiro, em seu livro “O capital da esperança”, lança luz sobre um aspecto pouco abordado pela historiografia nacional sobre o tema, o da segregação espacial do operariado dentro do quadrilátero da Capital Federal. Ele afirma que

ao mesmo tempo em que os relatos sobre a construção de Brasília vinham mesclados de idéias nacionalistas, identificando a construção da cidade como um grande projeto de nacionalidade, o papel desempenhado pelo operariado da construção civil entrava, quando muito, como um contraponto em face das iniciativas das elites, sobretudo dos membros que detinham o poder no Estado.... Ora, a construção de Brasília surgiu em determinado momento histórico, e para efetivá-la era necessário um enorme número de trabalhadores. Mas onde estava a história destes trabalhadores? A história do seu cotidiano, de suas condições concretas de reprodução da vida, de suas lutas, de uma população que era, então, eminentemente formada pelo operariado da construção civil. A história de um operariado que, em boa medida embalado pelos sonhos nacionalistas que recobriam toda a motivação ideológica da construção da nova capital, se identificava com as diversas tiradas realizadas pelos políticos de então. Do Presidente da República aos assessores da companhia governamental encarregada das obras (Novacap), todos caminhavam “democraticamente” pelas ruas empoeiradas ou enlameadas do antigo conglomerado de barracos que era o grande acampamento chamado Cidade Livre (hoje, a cidade-satélite Núcleo Bandeirante). A história de um operariado que vivia em alojamentos e acampamentos com precárias condições de alimentação e moradia, enfrentando uma polícia escolhida na rua e composta, em grande medida, por ex-companheiros de trabalho, pelo único motivo de serem mais

fortes fisicamente..... Cabe destacar uma contradição que permaneceu como uma das mais significativas para o entendimento da realidade social do Distrito Federal: a ausência dos operários no espaço urbano do Plano Piloto. Dito de outro modo, a questão do porquê aqueles que construíram a cidade não tiveram o direito de nela permanecer. Esta contradição é geralmente percebida pela constatação de que o operariado, grosso modo, habita nas cidades-satélites, enquanto o Plano Piloto permaneceu intocado e exclusivo para a pequena burguesia ligada à Administração Federal. Uma expectativa forjada pelo plano original da cidade, segundo o qual os operários compartilhariam o mesmo espaço urbano que os funcionários federais, criou, mesmo na literatura acadêmica, um estranhamento referente à ausência no Plano Piloto daqueles que o construíram. (RIBEIRO, 2008, p. 24-25; 31-32)

A preocupação com o crescimento desordenado da Capital levou o governo local, em 1978, a editar o Decreto 4.049, de 1978, por meio do qual criava o Plano Estrutural de Ordenamento Territorial, como uma tentativa de reorganizar o processo de ocupação, que muito antes do previsto no Plano original de Brasília atingiu a marca de quase 1 milhão de habitantes.

Segundo matéria do jornal Correio Braziliense, publicada no Caderno CIDADES, em 12 de outubro de 2008, foi a necessidade de preservação das nascentes que justificava a adoção de uma nova política de ocupação do solo àquela época. De acordo com essa nova política foi delimitado um raio de 15 km entre as novas cidades e o Plano Piloto. À época, a demanda de moradia chegava a 156 mil construções alcançando pessoas de todas as faixas de renda.

Entre 1985 e 1995, surgiram dois planos de ocupação urbana que apontavam o crescimento da capital para a região sudoeste do quadrilátero. No entanto, esses projetos foram engavetados, apesar de terem tido o apoio das entidades representativas dos arquitetos e engenheiros. Foi em 1987 que foi lançado o projeto Brasília Revisitada, de autoria do arquiteto Lúcio Costa, que foi aprovado e virou lei no DF. Com isso, foi permitido o crescimento da cidade ao redor da Bacia do Paranoá, onde foram criadas seis novas áreas habitacionais próximas ao Plano Piloto.

A partir de 1997 os vazios localizados entre o Plano Piloto e Taguatinga foram sendo ocupados rapidamente. De um lado da rodovia que liga o Plano Piloto a Taguatinga e Ceilândia crescia o setor Vicente Pires, onde chácaras foram sendo transformadas em áreas de residência para a classe média, num processo vertiginoso de crescimento urbano, e de outro crescia, de forma também desordenada, a ocupação

da Estrutural, hoje locais que equivalem a cidades de porte médio com cerca de 50 mil habitantes cada uma.

Dois grandes empreendimentos imobiliários se destacaram nos anos 90 e no início do ano 2000 no Distrito Federal, ambos impulsionados pela Terracap, que licitou os terrenos à iniciativa privada: o Setor Sudoeste no Plano Piloto, com empreendimentos para a classe média alta, seguindo os padrões de construção das áreas tombadas, e Águas Claras em Taguatinga, com gabarito liberado para construção de prédios, principalmente para a classe média. Estima-se que nesses dois empreendimentos residam hoje cerca de 250 mil pessoas.

Além dessa nova realidade, vale o registro sobre a existência de áreas de crescimento e adensamento das cidades já existentes, praticamente constituída de ocupações e invasões por parte de famílias de baixa renda, como é o caso de Mestre D`armas, Vale do Amanhecer, Pacheco e Arapoanga em Planaltina, da Fercal na área rural de Sobradinho, do Condomínio Sol Nascente e Por-do-Sol na Ceilândia, do bairro Itapoã no Paranoá, e também da existência dos chamados condomínios de classe média, como os setores Jardim Botânico, Arniquireas, Grande Colorado e outros, áreas onde também houve grilagem de terras públicas e que se encontram hoje em fase de regularização pelo governo do DF.

Estima-se que vivam entre 300 e 400 mil pessoas nessas localidades acima identificadas. Nos condomínios de baixa renda, falta infra-estrutura básica e os serviços públicos existentes são precários, tudo muito parecido com os primórdios da ocupação do território do Distrito Federal.

Não se pode também ignorar o vertiginoso crescimento dos municípios do Entorno, localizados principalmente no Estado de Goiás. Com maior dificuldade para adquirir seus lotes em terras do DF, o trabalhador e segmentos de classe média baixa, passaram a migrar para as cidades do Entorno mais próximas de Brasília, principalmente Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Luziânia, Cidade Ocidental, Planaltina de Goiás e Formosa, a fim de comprarem seu lote e construírem suas moradias. Estima-se, segundo dados do IBGE e dos Governos de Goiás e de Minas Gerais, que a população do Entorno englobando esses dois Estados estão próximas de 1 milhão de habitantes.

Uma notícia particularmente preocupante para o Distrito Federal foi anunciada pelos meios de comunicação em setembro de 2008, quando da divulgação dos dados do IBGE sobre as maiores metrópoles do país, onde o Distrito Federal já aparece em 4º lugar com mais de 2 milhões e 500 mil habitantes. Nos planos dos fundadores da Nova Capital, Juscelino, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, ao final do ano 2000, Brasília deveria ter cerca de 500 mil habitantes. O fato é que a população local cresceu muito além do que havia sido planejado quando da fundação e da ocupação das terras do centro-oeste, como idealizara Juscelino Kubitschek para o processo de ocupação do interior do Brasil.

Hoje, o Distrito Federal se depara com inúmeros problemas decorrentes desse crescimento acelerado e sem planejamento. Somente em 2008, de janeiro a agosto, segundo dados das próprias autoridades do GDF responsáveis pelo Serviço de Fiscalização da Terracap, as tentativas de invasão de áreas públicas geraram mais de 1400 operações para evitar a construção de novos barracos.

Danilo Aucélio, Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do GDF disse em recente declaração ao Correio Braziliense, em sua edição de 12 de outubro de 2008, no Caderno CIDADES, que *“reconhecemos o Distrito Federal como uma metrópole, onde não é mais possível imaginar o desenvolvimento sem pensar no que está em volta”*. A cada 6 horas ocorre uma tentativa de invasão ou ocupação de área pública ou de área proibida para edificações, como nas proximidades de nascentes, parques ou de áreas de relevante interesse ambiental.

Para enfrentar o crescimento desordenado no Distrito Federal e no Entorno, o governo se vê obrigado a investir em melhorias nos municípios do Entorno. Segundo informações da Secretaria de Planejamento do GDF, serão necessários o investimento de 41 milhões de reais para a construção da rede de esgotos de Águas Lindas, cidade goiana de 196 mil moradores, segundo os dados da Contagem da População 2007 do IBGE, e que fica situada nas proximidades de um dos maiores reservatórios de abastecimento de água potável do Distrito Federal, que é o Lago da Barragem do Rio Descoberto ou Parque da Barragem, fazendo divisa com Brazlândia e Ceilândia no Distrito Federal.

Os recursos para construção da rede de esgotos de Águas Lindas sairão dos cofres do Governo do Distrito Federal e já estarão disponibilizados no Orçamento para 2009, segundo informações das autoridades da área.

Se não houver iniciativas conjuntas, envolvendo o Governo Federal e os governos do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais para enfrentar o crescimento populacional e a ocupação desordenada do solo no Distrito Federal e em seu Entorno, é possível vislumbrar graves conseqüências para as próximas gerações, que vão desde a falta de água potável até a destruição do ecossistema cerrado, com a extinção de várias espécies de animais e plantas da região, além do aumento da poluição do ar e de uma piora geral das condições de vida da população.

Nunca o processo de crescimento e de ocupação territorial de uma Capital como o Distrito Federal e seu Entorno tem causado tanta preocupação. Governantes, dirigentes políticos e partidários, cientistas políticos, setores acadêmicos, ecologistas, Organizações Não Governamentais e outros setores que se preocupam com o futuro da capital, tem buscado alternativas e soluções para enfrentar e superar os problemas e desafios inerentes ao atual estágio de desenvolvimento da região.

3. A HISTÓRIA POLÍTICA DE BRASÍLIA

3.1. DOS PRIMÓRDIOS À CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

Brasília é fruto da decisão política fundada na idéia de que era necessário ocupar e povoar os grandes espaços vazios do país, no que ficou conhecido como a Marcha para o Oeste, buscando integrar a região centro-oeste à economia nacional e permitir a entrada em larga escala na Amazônia a partir dessa região.

A construção da Capital Federal se desenvolveu em um contexto político e econômico bastante dinâmico. Para melhor compreender essa fase da história e os antecedentes que culminaram com a decisão de construir Brasília, recorreremos a alguns fatos políticos que marcaram decisivamente a década de 50 do século passado.

O suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 impediu um golpe de Estado por parte dos militares. No entanto, o governo Café Filho, que tinha ligações com a UDN – União Democrática Nacional, não escondia sua vinculação com os interesses do capital estrangeiro no País.

O período de transição até a eleição de Juscelino Kubitschek como Presidente e João Goulart como Vice-Presidente, foi de agitação política das forças conservadoras que queriam impedir a posse dos eleitos em nova tentativa de golpe por parte dos militares, que estavam vinculados aos interesses estrangeiros, em um momento em que a questão do nacionalismo se constituía em uma grande questão ideológica, sem esquecer o fato de que o mundo já se encontrava em plena guerra fria, polarizado entre as forças lideradas pelo bloco dos EUA e dos países da Europa Ocidental e pelo bloco da URSS e dos países do Pacto de Varsóvia.

Nesse momento, o General Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra, teve importante intervenção em defesa da legalidade, isolando os militares golpistas e ajudando a garantir a posse de Juscelino e Jango na Presidência e Vice Presidência da República.

É verdade também que não havia entre a população, em sua maioria, apoio para uma aventura armada. A conjuntura não favorecia aos golpistas, que tiveram que esperar até 1964 para promoverem a quebra da legalidade, no movimento que ficou

conhecida como “revolução”, onde depuseram João Goulart, que sucedera a Jânio Quadros de forma constitucional e legal.

A posse do novo governo em 1955, ficou associada à mobilização das forças nacionalistas, antigolpistas e antiimperialistas. À época, os setores de esquerda, capitaneados principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que atuava na ilegalidade, analisavam que a luta nacionalista era uma forma de luta contra o imperialismo, e contavam com o apoio dos Sindicatos, da União Nacional dos Estudantes e de outros setores que atuavam na Frente Parlamentar Nacionalista.

O historiador Thomas Skidmore descreve assim o governo Kubitschek:

O período Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas ... A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961 a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicação (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita (SKIDMORE, 1975, p. 204).

Foi, portanto, um período de forte desenvolvimento econômico, fundamentado num processo de internacionalização de setores básicos da economia, quando o processo de industrialização passa a ser percebido como o caminho através do qual a nação atingiria sua independência econômica, marcaria sua soberania e o desenvolvimento se afirmaria como ideologia nacional. Foi o período propício para o chamado pensamento nacional-desenvolvimentista.

O país vivia nessa época um período de otimismo. A decisão de construir Brasília parte de um Presidente eleito pelo voto popular em momento de democratização das instituições brasileiras e de fortalecimento do papel do Estado, que torna-se o principal responsável pela condução das transformações econômicas e sociais que se verifica nesse momento da história do país.

O projeto desenvolvimentista de JK foi consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia e que se tornou conhecido como o seu Plano de Metas. A meta-síntese desse programa foi a construção de Brasília e a transferência da Capital para o Brasil Central, que foi verdadeiramente o maior desafio da gestão de Juscelino.

A análise que se fazia na época é a de que o Brasil vinha passando, desde a década de 30, por um processo de substituição das importações de forma não planejada. O Plano de Metas procuraria suprir essa falta buscando o equilíbrio nas contas.

Como exemplo da aplicação de medidas do Plano, pode ser citado o objetivo de implantar uma indústria automobilística, para reduzir, de forma planejada e gradativa a importação de veículos. Outros setores privilegiados da economia foram o energético, de transportes e das indústrias de base, que ficaram com 93% do disponível para o plano de metas. Observe-se que a construção de Brasília não figurava entre os setores estratégicos do plano de metas, apesar de ter sido na prática, seu carro-chefe.

As metas eram audaciosas e alcançaram resultados positivos sob a administração de Juscelino. O crescimento das indústrias de base, fundamentais para o processo de industrialização, foi de praticamente 100% entre 1956 a 1961. Ao final de seu governo, o Brasil havia empreendido um grande salto em seu desenvolvimento. O crescimento econômico e a manutenção da estabilidade política, apesar de ter aumentado a inflação no período com todas as conseqüências para a economia, deram ao povo brasileiro o sentimento de que era possível iniciar grandes mudanças no Brasil.

3.2. A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

Para compreender como foi o processo de construção e de desenvolvimento de Brasília é necessário olharmos como Juscelino concebia a chamada meta-síntese de seu governo, que era a edificação da nova capital no planalto central do Brasil. Como foi registrado anteriormente, a construção de Brasília não estava entre as medidas do Plano de Metas de Juscelino. Tem sido comum recorrer, para explicar a construção de Brasília, a duas interpretações. Uma é a de que a mudança da capital já estava prevista desde a promulgação da Constituição republicana de 1891, e a outra, de que a mudança foi na verdade obra do acaso.

Juscelino conta em suas memórias, segundo nos relata o Dr. Ernesto Silva, um dos fundadores da Nova Capital, em seu livro *História de Brasília – Um Sonho, Uma Esperança, Uma Realidade*, editado em 1997 pela Câmara de Diretores Lojistas de

Brasília – CDL, que em um comício na cidade goiana de Jataí durante a campanha presidencial de 1955, um eleitor teria indagado se Juscelino iria cumprir a Constituição e transferir a capital para o interior do Brasil, ao que o então candidato respondeu publicamente que iria cumprir o que dispunha a Constituição a esse respeito, ou seja, construir a nova capital no interior do Brasil. O local escolhido foi aquele levantado minuciosamente pelos integrantes da Missão Cruels, cujo Relatório Final, concluído em 1894, indicava o Planalto Central no sertão de Goiás como local para erguer a Nova Capital.

A idéia de mudar a capital do Rio de Janeiro para o interior do Brasil e construir uma nova cidade, se fazia presente no pensamento brasileiro, devido não só a construção de Belo Horizonte em fins do Século XIX, que foi projetada pelo arquiteto Aarão Reis, mas também devido à construção de Goiânia para sediar a capital de Goiás, que foi inaugurada em 1940, também localizada nos sertões daquele estado.

Esse ciclo de construção de cidades-capitais se mantém e o último exemplo foi a construção de Palmas para sediar o governo do Estado de Tocantins, inaugurada em 1990.

Pode-se considerar que essas iniciativas de construção de cidades-capitais nos estados onde elas ocorreram, podem ser consideradas parte do movimento de interiorização do Brasil e de marco civilizatório para os sertões decorrentes do movimento da “marcha rumo ao oeste”. A construção de Brasília, para uns representou a prova do voluntarismo irresponsável das elites nacionais. Para outros, foi um momento significativo de um tempo de esperança e de progresso pelo qual passava o país. O arquiteto Lauro Cavalcanti assim observa esse momento histórico:

Tão importante quanto a conquista do mercado estatal na era Vargas foi a adoção do modernismo, na figura de Oscar Niemeyer, por Juscelino Kubistchek que, dos anos 40 a 60, exerceu respectivamente os cargos de prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e presidente do Brasil. Em termos arquitetônicos, tal trajetória permite o aparecimento de marcos como a Pampulha e Brasília. Poucos políticos superpuseram, com tanta intensidade, os objetivos de renovação política e arquitetônica: a construção de uma nova estética simbolizaria a autonomia técnica, a sua gestão e um caminho exemplar para o desenvolvimento posterior do país (CAVALCANTI, 2001).

Apesar de concebida e estruturada como uma cidade que revolucionaria padrões estéticos, conceitos arquitetônicos, concepções espaciais urbanas, modelos de

convivência entre seus habitantes e outros aspectos da modernidade e do planejamento urbano, Brasília sofreu desde os seus primórdios a herança de uma cultura e de um sistema político atrasado, ainda reflexos do populismo getulista e do coronelismo da República Velha, cujas influências foram trazidas pela classe política até o Planalto Central, sem contar o verdadeiro desastre para a civilização brasileira, e em particular para o povo do Distrito Federal, que foi a ditadura militar entre os anos de 1964 a 1985, contribuindo para que Brasília ficasse sem representação política oriunda de processos eleitorais entre seus habitantes até o ano de 1986, e sem liberdade de expressão e de organização dos movimentos populares.

4. A POLÍTICA EM BRASÍLIA ATÉ A NOVA REPÚBLICA

4.1. DA FUNDAÇÃO AO FINAL DOS GOVERNOS MILITARES

O desenvolvimento e a consolidação das estruturas formais de poder na Capital da República tiveram um processo diferenciado de funcionamento. Nos primeiros anos, da inauguração até o golpe militar de 1964, o governo do Distrito Federal esteve a cargo de prefeitos nomeados pelo Presidente da República. Durante a ditadura os prefeitos e governadores continuaram a ser nomeados. Em 1986 é que ocorrem as primeiras eleições no Distrito Federal, quando são eleitos 8 deputados federais e 3 senadores. Somente em 1988, com a promulgação da nova Constituição é que o Distrito Federal alcança sua plena autonomia política, conquistando o direito de eleger, pelo voto direto, Governador e Vice-Governador, Senadores, Deputados Federais e Deputados Distritais.

Mesmo sem representação política durante a fase de sua consolidação, Brasília contava com uma Comissão Permanente no Senado Federal para tratar dos assuntos de seu interesse, sendo que a responsabilidade de governar o Plano Piloto e as demais cidades do Distrito Federal recaía sobre o governo federal, que nomeava um prefeito, portanto um cargo de confiança, para cuidar de todos os assuntos pertinentes à administração geral incluindo gerenciamento de pessoal e recursos humanos e à execução das obras na Capital da República.

Portanto, muitas das vezes, os movimentos sociais organizados existentes em Brasília, principalmente as associações de moradores que representavam o movimento por moradia e os primeiros sindicatos de trabalhadores e associações de servidores públicos que se organizaram, como os da Construção Civil, Bancários, Servidores Públicos Federais e do Distrito federal se dirigiam diretamente ao prefeito nomeado e também aos integrantes da Comissão da Câmara Federal para encaminhar e negociar suas principais reivindicações.

Do período da inauguração até 1964, as organizações sindicais e populares se dirigiam também diretamente a Ministros e outras autoridades responsáveis pelos

assuntos administrativos do Distrito Federal, onde eram protocolados os documentos e as pautas de reivindicações dos setores mais organizados da população.

Cabe destacar que nesse momento da história de Brasília já se percebia claramente a existência de uma estratégia de legitimação da participação política de setores da classe trabalhadora junto à administração, liderada pela figura carismática de Juscelino Kubistchek até a inauguração, que encarnava uma visão paternalista e protetora dos candangos e dos demais setores que ajudaram na construção de Brasília.

Sobre a figura de Juscelino Kubistchek, ainda tem muito a ser estudado, pesquisado e analisado pelos historiadores, porém uma das características que mais sobressaíram quando ocupava a Presidência da República durante o período da construção de Brasília, foi seu estilo populista, principalmente o de se dirigir aos trabalhadores e populares e o de deixar-se filmar e fotografar em situações que divulgavam seus feitos junto à população, o que o assemelhava em alguns aspectos à figura de “pai dos pobres” que Getúlio Vargas construiu, através do seu Departamento de Imprensa e Propaganda – o DIP, principalmente durante a ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945.

Há registros em jornais da época, tanto de Brasília quanto do Rio de Janeiro e de outras capitais, que durante o governo João Goulart, houve em Brasília importantes mobilizações de trabalhadores da construção civil, de servidores públicos e de estudantes da UnB sobre questões sindicais e trabalhistas bem como em defesa das reformas de base que mobilizavam o movimento operário e camponês de todo o país.

Durante a construção da cidade já se verificavam manifestações de operários da construção civil por melhores salários e por condições dignas de trabalho e principalmente, de habitação, já que os acampamentos eram, para a maioria, insalubres e sem conforto. Num ambiente democrático, estas manifestações foram crescendo e propiciaram o surgimento tanto de entidades sindicais como de organizações populares nos acampamentos e nas novas cidades que iam surgindo.

Em 1961, durante o breve governo de Jânio Quadros, Brasília recebeu as ilustres visitas de dois ícones dos países comunistas. Primeiro foi Yuri Gagarin, cosmonauta soviético que foi ao espaço antes dos norte americanos na corrida espacial, e logo após, a cidade recebeu Ernesto Che Guevara, que à época ocupava o Ministério da

Indústria e do Comércio do governo revolucionário e socialista de Cuba, liderado por Fidel Castro.

Outro fato que causou enorme comoção no meio político foi o assassinato, em 1963, do Senador acreano, José Kairala, no Plenário do Senado, pelo Senador Arnon de Melo, do Estado de Alagoas. O alvo dos tiros disparados pelo pai do ex-Presidente Collor de Melo era o Senador Silvestre Péricles, seu desafeto político, porém, ele errou seu alvo e acertou o outro senador. Tendo fugido do flagrante, nenhuma condenação foi imposta ao Senador Arnon de Melo por este assassinato.

Com o golpe militar de março de 1964, as liberdades foram suprimidas, as lideranças políticas e sindicais de esquerda foram perseguidas e presas e as entidades sindicais, ou sofreram intervenção do Ministério do Trabalho ou foram tomadas por trabalhadores subservientes à ditadura. Esporadicamente foram registradas mobilizações de algumas categorias de trabalhadores no Distrito Federal, mas sem o vigor e a articulação classista que existia entre os sindicatos e os movimentos populares.

Durante esse período foi congelada qualquer possibilidade de aprovar no Congresso Nacional as propostas existentes que permitiriam a autonomia política da capital. O partido oficial da ditadura militar, a ARENA – Aliança Renovadora Nacional tinha a maioria das cadeiras e impedia qualquer aprovação que permitisse o estabelecimento das eleições na capital da República.

No período ditatorial, a resistência democrática ocorreu principalmente entre os estudantes da Universidade de Brasília e de algumas escolas públicas secundaristas como o Centro Integrado de Ensino Médio - CIEM, e também através de militantes das oposições sindicais, e de forma bastante isolada, havia algum nível de articulação entre militantes dos movimentos populares, que apesar de recuados, desenvolviam trabalho político em suas bases e em seus locais de moradia.

Em 1968, um dos fatos políticos mais importantes foi a retomada das mobilizações estudantis contra a ditadura militar. A UnB era tomada por manifestações e assembléias gerais de estudantes contra a ditadura militar. Inúmeras passeatas foram organizadas na Avenida W-3 Sul e no próprio campus, desafiando a imposição da ditadura militar de não permitir manifestações. Em agosto daquele ano, a Polícia Militar

do DF, apoiada por agentes do Exército à paisana e por extremistas de direita, invadiram o campus da Universidade, espancando e prendendo centenas de estudantes, entre os quais se encontrava Honestino Guimarães, um dos principais líderes estudantis do Distrito Federal, que anos mais tarde seria morto sob tortura nos porões da ditadura, sendo que seu corpo nunca foi encontrado.

Gabriela Borges Antunes (2004), em sua tese de mestrado "*O Poder Político no Distrito Federal: A Trajetória de Joaquim Roriz*" no Curso de Sociologia da UNB, em 2004, detalha e aprofunda aspectos sobre a construção de Brasília, onde parte importante de suas observações, pesquisas e estudos recai sobre o processo migratório, a urbanização, o exercício do poder político local e a formação da população do Distrito Federal desde sua fundação até meados da presente década, e a relação e conseqüências entre esses fatos com a ascensão política de Joaquim Roriz, do populismo e do clientelismo característico de sua carreira em Goiás e no Distrito Federal.

Como Juscelino Kubistchek já previra quando tomou a decisão de transferir a Capital do País para a região Centro-Oeste, as obras de construção gerariam um grande desenvolvimento, atrairiam capitais e ampliariam sua população, já que o tamanho e a grandiosidade do empreendimento geraria a necessidade de um grande contingente de mão de obra, além da vinda de milhares de servidores públicos que fariam funcionar a máquina administrativa dos Três Poderes que se instalava na Nova Capital.

O resultado dessa política naquele momento, foi uma mudança no fluxo migratório interno, que se dirigia principalmente para o Sul e Sudeste e passou a dirigir-se para o Centro Oeste. Outras variáveis influíram para o crescimento populacional acelerado da nova capital. A região onde Brasília foi construída se encontrava mais próxima de vários estados nordestinos, alguns castigados por longos períodos de seca e de fome, locais que historicamente tinham suas migrações populacionais direcionadas principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro, mas que passaram a vislumbrar o Distrito Federal como o novo eldorado do emprego, o local onde havia colocação para todos, conforme preconizava a propaganda do governo de Juscelino.

Nos primórdios da história política da Capital, quem tinha as iniciativas eram os representantes do governo federal, que faziam funcionar a burocracia estatal e reuniam enormes poderes sobre o funcionamento da administração local. A economia dependia quase que exclusivamente do funcionalismo e dos operários da construção civil, que através de seus salários, consumiam e faziam girar capitais no nascente comércio instalado. Os historiadores registram que Brasília teve, por muitos anos, características apenas de sede do governo federal, com pouca vida própria em sua administração local. Os prefeitos nomeados pelo governo federal, faziam parte de uma estrutura funcional completamente subordinada à administração centralizada da União.

Sobre o período descrito acima, a socióloga Gabriela Borges Antunes (2004:30) assinala em sua obra que,

mesmo com a ausência de experiência de representação política através de eleições livres e diretas nos primeiros anos de vida da cidade, Brasília viveu um processo ascendente de participação e organização popular, a exemplo do que ocorreu no restante do país. Desde o período de construção da cidade até março de 1964, quando ocorreu o golpe militar, formaram-se na cidade de Brasília movimentos populares como associação de moradores e de funcionários públicos, e várias organizações sindicais.

A autora identifica que o Estado, nessa época, foi incapaz de atender às demandas e reivindicações da classe trabalhadora, o que gerou insatisfações devido à precariedade das condições de trabalho e de moradia, do afastamento cada vez maior das moradias da classe trabalhadora de seus locais de trabalho no Plano Piloto, sem contar a falta de acesso aos serviços públicos, além de outros problemas correlacionados.

A situação de moradia para os trabalhadores e para outras parcelas do povo de Brasília sempre esteve na ordem do dia dos movimentos populares e reivindicatórios. Já no final de 1958, começaram a surgir inúmeras ocupações de terrenos públicos por parte dos trabalhadores e suas famílias nas proximidades dos acampamentos das empresas que construíam Brasília.

Importante ressaltar que Brasília, já em seus primeiros anos, teve seus movimentos populares articulados e organizados de acordo com as mobilizações nacionais levadas pelas entidades nacionais representativas dos trabalhadores. Uma diferença importante sobre as características diferenciadas dos movimentos que

ocorriam na Capital Federal em relação aos movimentos que se verificavam no Rio de Janeiro ou em São Paulo, liderados por segmentos que atuavam nas indústrias de metalurgia, comércio, serviço público, construção naval, portuários, etc, é que os movimentos em Brasília eram liderados pelos trabalhadores na construção civil e por populares em defesa da moradia.

Registros em jornais e noticiários da época da construção, apontavam que os principais movimentos reivindicatórios ocorreram no Núcleo Bandeirante através do Movimento Pró-Fixação e Urbanização, que atuava naquela cidade e estendia suas reivindicações entre os moradores da Vila Mercedes, da Vila IAPI, da Candangolândia e da Vila Operária que se situavam naquelas proximidades. Na Asa Norte, havia o Bairro do Gavião, em Taguatinga existia a Vila Dimas e outras ocupações, além das que foram construídas no Gama, Sobradinho e Vila Planalto principalmente.

Entre os trabalhadores da construção civil, com a organização do Sindicato da categoria, aumentaram as mobilizações e as conquistas, principalmente sobre as condições de higiene e de segurança no trabalho, além das questões salariais que sempre estiveram como os principais pontos da pauta de reivindicações da categoria.

Entre os servidores públicos federais houve grandes mobilizações, em parte devido à presença em Brasília de um numeroso contingente de servidores oriundos do Rio de Janeiro, com tradição de luta e de mobilização e que tinham entre seus principais líderes e dirigentes, militantes que eram influenciados pelas idéias e práticas sindicais defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro, fenômeno também identificado entre a categoria bancária e entre os setores da intelectualidade, principalmente na Universidade de Brasília, na área cultural e em alguns segmentos da imprensa.

Durante o regime militar, Brasília sofreu, como todo o país, as conseqüências da falta de liberdade e de democracia. As reivindicações e as mobilizações da classe trabalhadora foram duramente reprimidas. Sindicatos sofreram intervenções de representantes de confiança do Ministério do Trabalho e dos militares. As lideranças autênticas dos movimentos sindicais e populares de Brasília foram presas ou perseguidas. Só se mantiveram como lideranças aqueles que faziam a política de colaboração com o regime e que não contestavam, tanto o governo local como o governo federal.

O regime militar deu continuidade à prática de nomear, primeiro os prefeitos de Brasília, e depois seus governadores até a sua derrocada. Mesmo após esse período, até o ano de 1990 quando ocorreu a primeira eleição para governador, o DF ainda teve governadores indicados pelo Presidente da República. Importante registrar que a ARENA – Aliança Renovadora Nacional, partido de sustentação da ditadura militar, enquanto existiu, sempre rejeitou a tese da autonomia e representação política para o Distrito Federal. A rigor, o que os militares temiam era a existência de atividades políticas e de mobilização popular na capital de República.

Durante a fase mais repressiva da ditadura militar, entre 1967 e 1976, Brasília assistiu a mobilizações importantes dos estudantes, tanto de secundaristas como de estudantes da UnB. Foi um momento em que a sociedade lutava por liberdade e democracia. Uniram-se aos protestos estudantis as representações de outros setores, que apesar de desarticulados pelos militares, nunca deixaram de estar presentes nas mobilizações, como sindicalistas, militantes da igreja católica, ativistas dos movimentos por moradia, donas de casa, profissionais liberais e parte da imprensa.

Com a ampliação das lutas de resistência em todo o país, principalmente a partir de 1975, quando o movimento estudantil ressurgiu em grandes manifestações de ruas e os sindicatos começaram a articular greves e movimentos coordenados nacionalmente, todos unificados contra a ditadura militar, Brasília também se insere nessa mobilização nacional em defesa da democracia e pelo fim da ditadura militar. Foi um momento de acúmulo de experiências de diversos setores da sociedade contra o regime militar como as jornadas de mobilização e de lutas de várias Associações e Sindicatos de profissionais liberais, do movimento estudantil, do movimento popular, do movimento cultural e de algumas manifestações espontâneas de vários outros segmentos já organizados ou que começavam a se organizar.

Outro evento político marcante na história de Brasília foi o sepultamento de Juscelino Kubistchek de Oliveira em 22 de agosto de 1976, quando uma multidão, constituída principalmente de populares, compareceu ao cemitério Campo da Esperança, desafiando os militares que não queriam nenhum ato político ou de aglomeração de populares. Juscelino morreu em um trágico acidente automobilístico na Via Dutra, quando o carro em que se encontrava bateu de frente com uma carreta, em

circunstâncias até hoje pouco esclarecidas, na altura da cidade de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, quando se dirigia para São Paulo. Em setembro de 1981, os restos mortais foram depositados definitivamente em seu Mausoléu, situado no Eixo Monumental, em formato piramidal, e que recebeu o nome de Memorial JK, um dos monumentos mais visitados da Capital.

Vale o registro que em Brasília, o bloco carnavalesco *Pacotão*, com muita irreverência e combatividade, surge no ano seguinte após a edição do famoso pacote de abril de 1977 imposto pelo General Ernesto Geisel. Seu desfile de estréia no domingo de carnaval reuniu diversos profissionais liberais, estudantes e populares, que entoavam marchinhas com duras críticas ao regime, além de empunharem cartazes e faixas onde cada um escrevia o que quisesse, desde que fossem críticas ao governo, a costumes e a fatos relevantes daquela conjuntura. Dentre outras medidas o chamado Pacote de Abril de 1977, fixava que a eleição seria indireta para governadores de estado e criava a esdrúxula figura do senador biônico, onde 1 dos três senadores de cada estado seria escolhido e nomeado pela ditadura e 2 seriam eleitos pelo voto direto.

Tudo isso foi feito para tentar frear o crescimento da oposição, que mesmo assim, crescia e incorporava cada vez mais setores populares nas mobilizações e greves que iniciavam com grande vigor em todo o país. Foi nesse período que surge a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o Movimento Contra a Carestia, o crescimento das Oposições Sindicais na luta contra o peleguismo, lutas e mobilizações que também empolgaram parcelas cada vez maiores de ativistas no Distrito Federal.

A pressão popular, greves, rearticulação e presença do movimento estudantil nas ruas das principais capitais do país, ação parlamentar combativa dos setores autênticos do MDB, eleições parlamentares vitoriosas das forças oposicionistas, o fim da censura, a volta dos brasileiros exilados pela ditadura, a liberdade de imprensa, movimentos sociais cada vez mais combativos e presentes na mídia, a revogação do Ato Institucional nº 5, foram eventos que a população do Distrito Federal acompanhou e viveu intensamente nesse período.

4.2. BRASÍLIA DURANTE O ÚLTIMO GOVERNO MILITAR

Em Brasília, o governo do último general presidente, João Batista de Oliveira Figueiredo, de 1979 a 1985, já não tinha como impedir o crescimento da oposição ao regime militar, a presença nas ruas dos movimentos sociais organizados e o avanço de medidas democratizantes. Foi durante seu governo que foram aprovadas as leis da Anistia, em 28 de agosto de 1979, o restabelecimento das eleições diretas para governadores a partir de 1982, a revogação do Ato Institucional nº 2 e a aprovação da Emenda Constitucional nº 11, em 21 de novembro de 1979, que permitiu o pluripartidarismo e a organização dos novos partidos políticos.

Foi um período difícil para o avanço democrático, pois havia nas Forças Armadas grupos terroristas de extrema direita, que tentavam impedir a qualquer custo o fim da ditadura militar. Jogaram bombas em redações de jornais, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, na Ordem dos Advogados do Brasil, em bancas de jornais e revistas, fizeram ameaças de morte a opositores do regime, agitação política nos quartéis, atentados terroristas através de cartas-bomba, depedram e incendiaram redações de jornais que faziam oposição ao regime, dentre outras iniciativas de intimidação.

Os centros de espionagem e tortura das Forças Armadas, principalmente do Exército, estavam intactos e permaneciam ativos. A bomba que explodiu no Riocentro em Jacarepaguá em 1º de maio de 1981, dentro de um automóvel de chapa fria e no colo de oficiais do Exército, agentes do DOI-CODI do 1º Exército no Rio de Janeiro, onde um deles morreu. As bombas deveriam ser detonadas durante o show de artistas da MPB que ocorreria naquele local em homenagem ao dia 1º de maio, e se não houvesse fracassado, certamente o atentado mataria milhares de jovens, em mais uma tentativa de setores da ditadura militar de impedir o avanço das forças políticas de oposição ao regime.

A questão sindical se revela com a eclosão de inúmeras greves em todo o país, notadamente em São Bernardo do Campo e em toda a região do ABC, onde emerge a figura de Luis Inácio Lula da Silva, o Lula, como a mais expressiva liderança da classe trabalhadora em um dos setores de ponta da economia naquele momento, o setor

automotivo. Além dos metalúrgicos da região do ABC, as greves ocorriam em todo o país e em inúmeras categorias profissionais, principalmente no setor público.

Em 10 de fevereiro de 1980, é fundado o PT - Partido dos Trabalhadores, no Colégio Sion em São Paulo, onde centenas de dirigentes das mais diversas categorias de trabalhadores estiveram presentes, juntamente com os militantes do movimento estudantil, dos movimentos populares, camponeses, ativistas do movimento dos direitos humanos, das diversas organizações da Igreja Católica, militantes das organizações da esquerda revolucionária (que atuavam clandestinamente contra a ditadura militar), as quais, desde o início apoiaram decisivamente a criação do Partido dos Trabalhadores e tiveram papel muito importante no processo de sua organização em todo o território nacional.

Como exemplo dessas organizações, podemos citar o MEP - Movimento pela Emancipação do Proletariado, a APML – Ação Popular Marxista Leninista, a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil, o PRC - Partido Revolucionário Comunista, o PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, as correntes internacionalistas vinculadas ao pensamento trotskista, como a Democracia Socialista, a Convergência Socialista, a Causa Operária, a Organização Socialista Internacionalista que publica o jornal “O Trabalho”, dentre outras. Essas organizações tinham ramificações e trabalho político entre diversos setores sociais, principalmente entre o movimento estudantil, nas oposições sindicais, nos movimentos de bairros, e na direção de inúmeros sindicatos do funcionalismo público e entre operários e camponeses, dependendo da região onde atuavam.

Importante registrar que a retomada das lutas sindicais e sua ampliação em todo o país, impuseram novas tarefas aos sindicalistas e dirigentes do PT. Uma das mais importantes foi buscar a unificação de todas as organizações sindicais combativas em uma única entidade que mobilizasse e unificasse as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo. Surgiu em São Bernardo do Campo, nos galpões da antiga Companhia Cinematográfica Vera Cruz em 28 de agosto de 1983, a CUT- Central Única dos Trabalhadores, cuja direção foi eleita neste encontro com mais de 5 mil representantes de trabalhadores da cidade e do campo.

Do Distrito Federal estiveram presentes ao Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que fundou a CUT, delegados eleitos pelas categorias mais mobilizadas à época como jornalistas, médicos, vigilantes, servidores federais, bancários, rodoviários, professores, auxiliares de ensino, comerciários, enfermeiros, servidores da Previdência Social, da UNB, trabalhadores das entidades recreativas e culturais, além de representantes das oposições sindicais.

Momento marcante da história do Distrito Federal ocorreu durante o final do governo Figueiredo, o último general a ocupar a Presidência da República como representante da ditadura.

Durante a campanha das Diretas-Já, o general de exército Newton Cruz, Comandante Militar do Planalto, colega de caserna do general Figueiredo, foi o responsável pela aplicação das medidas do Estado de Emergência no Distrito Federal e em dez municípios de Goiás, situados no entorno da Capital Federal em abril de 1984, às vésperas da votação da emenda que restabeleceria as eleições diretas para presidente. Esse general, pertencente à linha dura do Exército, já havia protagonizado episódios de intolerância com jornalistas e outros profissionais da imprensa em Brasília.

A justificativa oficial para a mobilização das forças armadas e policiais no cerco ao Congresso Nacional e contra as manifestações populares pró-diretas, seria para “proteger” os parlamentares de uma “coaçoão popular”. Na verdade os objetivos das medidas eram para evitar que as manifestações populares influenciassem os parlamentares do Partido Democrático Social - PDS (sucedâneo da ARENA) que poderiam apoiar as propostas da oposição, apressando o fim do regime militar. O General Newton Cruz executou as medidas, dissolvendo manifestações de ruas e passeatas de estudantes, montando barreiras nas ruas e nas estradas de acesso a Brasília, e fez o cerco de tropas ao Congresso Nacional.

De nada adiantaram as medidas intimidatórias e repressivas. A campanha pelas “Diretas Já” empolgava todo o país. De janeiro a abril de 1984, ocorreram grandes manifestações em todas as capitais brasileiras. O Comício da Candelária no Rio de Janeiro reuniu mais de 1 milhão de pessoas, em São Paulo, no Vale do Anhangabaú também alcançou esse mesmo público. No entanto, houve enorme frustração popular

quando a Emenda de autoria do Deputado Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para Presidente, foi derrotada em 25 de abril de 1984.

No momento da votação, cumprindo as ordens dos generais e do Palácio do Planalto, o PDS retirou 113 deputados federais do Plenário, o que impediu que se alcançasse o quórum regimental para votação e decisão. Assim mesmo, 298 deputados votaram a favor da emenda, 65 votaram contra e apenas três se abstiveram. Faltaram apenas 22 votos favoráveis para que fosse atingido o quórum regimental, o que permitiria que a emenda fosse encaminhada ao Senado Federal. Venceu, portanto, um modelo de transição conservadora, sem sobressaltos para os ditadores e seus aliados.

Sendo de forma indireta a eleição para a Presidência da República, o Congresso Nacional, através do Colégio Eleitoral de deputados federais e senadores, elegeu em 15 de janeiro de 1985 com 480 votos, Tancredo Neves como Presidente da República e José Sarney como Vice-Presidente. Paulo Maluf, representante do PDS e dos militares, recebeu 180 votos e foram registradas 17 abstenções. Assim foi encerrado o ciclo da ditadura militar, que durou 21 anos na história do Brasil. Tancredo Neves não assumiria a Presidência em 15 de março daquele ano, pois é acometido de grave enfermidade, vindo a falecer a 21 de abril de 1985. José Sarney, ex- presidente do PDS, é empossado como Presidente do Brasil para fazer a transição à democracia.

Houve um período de transição e de aprendizado de todas as forças políticas diante da novidade de um governo civil, com maior abertura democrática e participação popular nos principais acontecimentos da Nação. Mesmo as forças políticas e empresariais, de direita e de centro, cujos principais líderes apoiaram a ditadura militar, também tiveram que passar pelo aprendizado de uma nova convivência, tanto no parlamento como junto à opinião pública, e principalmente junto aos movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora e da população.

O governo da Nova República, reunia de liberais a conservadores, ligados às diversas alas do PMDB, a comunistas do PCB e a algumas correntes do trabalhismo, excetuando Leonel Brizola, que manteve-se em oposição ao governo do Presidente Sarney.

Foi um período no qual as liberdades democráticas foram exercitadas diretamente por diversos setores dos movimentos sociais, que realizaram amplas

manifestações e greves, sendo que estes setores conseguiram eleger em 1986, uma forte bancada de oposição, que seria fundamental para escrever a nova Constituição em 1988, onde os capítulos dos direitos sociais e trabalhistas refletiram os anseios e as principais reivindicações da população.

Na economia, o país enfrentou sérias crises, até que Sarney e seu Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, lançaram o Plano Cruzado, que criou uma nova moeda, o Cruzado, e garantiu que os preços de mercadorias e gêneros de primeira necessidade fossem congelados juntamente com os salários, buscando combater a inflação e alavancar o desenvolvimento do país. Foi um momento de euforia do povo brasileiro com as novas medidas econômicas. Possibilitou a um grande número de trabalhadores assalariados terem acesso a bens de consumo duráveis e ampliar o consumo de itens da cesta básica de alimentos.

Nas eleições de 1986, os partidos de sustentação do governo Sarney, principalmente o PMDB e aliados, tiveram expressivas vitórias para os principais governos estaduais, além de terem eleitas expressivas bancadas de deputados federais e senadores.

5. A POLÍTICA NO DISTRITO FEDERAL APÓS A NOVA REPÚBLICA

5.1. O PRIMEIRO GOVERNO DE JOAQUIM RORIZ

Uma conquista importante da população do Distrito Federal foi o direito de eleger representantes para o Congresso Nacional, a partir de 1986, como as demais unidades da Federação. De acordo com o número de eleitores cadastrados à época, Brasília pôde eleger 8 deputados federais e 3 senadores naquela eleição. Após esse pleito, o número de vagas para o Senado obedeceria à alternância de preenchimento de 1/3 das vagas em um pleito e 2/3 das vagas no pleito seguinte, conforme a legislação para eleição de senadores.

Porém, a conquista completa da autonomia política para o Distrito Federal só viria com a promulgação da Constituição de 1988, que manteve a eleição de senadores e deputados federais mais a eleição de governador e vice, além de 24 deputados distritais para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a partir de 1990.

Como no restante do país, Brasília também tinha se mobilizado pelas “Diretas Já” e assistia ao surgimento de um novo sindicalismo, com manifestações e greves massivas nas diversas categorias de trabalhadores da iniciativa privada e entre os servidores federais e os do Distrito Federal desde o início daquela década. Os partidos de oposição estavam organizados desde 1980 e suas lideranças já se tornavam bastante conhecidas, mesmo sem a realização de eleições. Eram dirigentes que atuavam em segmentos representativos da sociedade como o movimento sindical, estudantil e popular, razão pela qual tinham seus nomes mais conhecidos.

O resultado das primeiras eleições realizadas no Distrito Federal, mesmo tendo sido apenas para escolha de Senadores e Deputados Federais, mostrou que a oposição já acumulava representatividade e tinha peso entre o eleitorado da capital, com destaque para o papel do PPS, do PT e do PDT, que elegeram respectivamente, os deputados federais Augusto Carvalho, Chico Vigilante e o Senador Maurício Corrêa. Os partidos tradicionais, de centro e de direita, elegeram as maiores bancadas. O PMDB elegeu Pompeu de Souza e Meira Filho para o Senado e Geraldo Campos,

Sigmaringa Seixas e Márcia Kubitschek para a Câmara Federal. O PFL elegeu Maria de Lourdes Abadia, Jofran Frejat e Valmir Campelo para a Câmara Federal.

Cerca de três semanas após as eleições de 1986, exatamente em 28 de novembro, Brasília assistiu o chamado “badernaço”, movimento de rua que eclodiu em revolta popular nas imediações da rodoviária do Plano Piloto, após a realização de uma grande manifestação que havia sido convocada conjuntamente pelos partidos de esquerda, pelo movimento sindical e popular, cuja autoria dos distúrbios ocorridos permanece obscura até os dias atuais. Sempre foi orientação dos movimentos liderados pelas entidades dirigidas pela esquerda socialista, em especial pela Central Única dos Trabalhadores - CUT e por seus sindicatos filiados, bem como pelos militantes do Partido dos Trabalhadores - PT, do Partido Comunista Brasileiro - PCB, do Partido Democrático Trabalhista - PDT e pelas demais organizações desse campo político, que os movimentos deveriam estar inseridos na legalidade e no seio dos movimentos de massas, com objetivos claramente definidos.

Tudo começou quando a Polícia Militar do Distrito Federal tentou dispersar manifestantes que se encontravam na Rodoviária do Plano Piloto e em suas imediações. Sem saber de onde vinham as iniciativas e de quem partiam as ordens para atos de depedração, saques e incêndios, o certo é que aquele local se transformou numa verdadeira praça de guerra durante mais de duas horas em confrontos entre a polícia e populares.

A polícia prendeu 34 pessoas, em sua maioria populares e não lideranças dos movimentos que haviam convocado originalmente a manifestação na Esplanada. À época, foi levantada a suspeita de que os autores dos atos de vandalismo tinham sido agentes infiltrados dos serviços de espionagem das Forças Armadas, ligados a setores da extrema direita no meio militar, ainda bastante atuantes e inconformados com o avanço das liberdades e a restauração da democracia no início da chamada Nova República.

Naquele momento histórico em particular, a tática dos movimentos de esquerda era de acúmulo de forças, de experiências de lutas e de participação popular cada vez maiores nas manifestações e nos acontecimentos políticos, e não o de fazer confrontos abertos com as forças policiais e repressivas. O objetivo central dos movimentos era

ganhar corações e mentes entre a população para ampliar o próprio espaço de atuação na institucionalidade.

Um grande evento para o calendário histórico da Capital Federal em 1987 foi a elevação de Brasília à condição de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, designação conferida pela UNESCO a bens de valor reconhecidamente universal e de excepcional interesse para a civilização. Com o tombamento, o Plano Piloto teve asseguradas todas suas características conforme o traçado original do projeto de Lúcio Costa, além de ter impedido a descaracterização que a especulação imobiliária pressionava para alterar, principalmente o gabarito dos prédios das Asa Sul e Norte e a ocupação de espaços originalmente destinados a áreas de lazer e convivência por novas áreas de moradia.

Apesar de ter sido um governador que estimulou a cultura no Distrito Federal e de ser amigo de José Sarney, José Aparecido de Oliveira acumulava desgastes junto ao Governo Federal por não resolver inúmeros problemas que se acumulavam na capital, destacando a onda de ocupações e formação de áreas de favelas em diversos pontos do Plano Piloto, as greves de servidores do GDF, principalmente na área da saúde, da educação, da limpeza urbana, do transporte rodoviário, dentre outros problemas de governabilidade, o que foi criando a imagem de um governador fraco e sem iniciativas para enfrentar e resolver os inúmeros problemas acumulados na Capital da República.

José Sarney precisava de um governador que fosse uma espécie de gerente do Palácio do Planalto em Brasília e que soubesse transitar no meio popular, e tivesse iniciativas que auxiliassem na redução dos conflitos sociais e na resolução das invasões que tomavam conta de várias áreas do Plano Piloto. Após negociações e consultas de Sarney a setores do PMDB, ligados a Íris Rezende, chegou-se ao nome do então interventor da prefeitura de Goiânia, Joaquim Roriz para assumir o governo do Distrito Federal.

Roriz havia sido eleito vice governador de Íris na eleição de 1986. O então prefeito nomeado de Goiânia, acumulara experiências na área de construção de moradias populares naquela capital através dos famosos mutirões de moradia patrocinado pelo governador do PMDB, que utilizava tais métodos para a garantia de

moradia às populações de baixa renda naquele estado, particularmente em Goiânia. Essa experiência, aliada à tradição de cunho populista exercida por si e por membros de sua família em Luziânia e no estado de Goiás, foi fundamental para a construção da trajetória política de Joaquim Roriz no Distrito Federal.

Roriz ocupou o cargo de governador pela primeira vez no período de 19 de setembro de 1988 a 9 de março de 1990, nomeado por José Sarney, onde deu início a uma gestão marcada por medidas de cunho populista e pelo clientelismo à frente do governo, buscando maior aproximação com as camadas mais pobres e miseráveis da população. Adotou nesse período uma agressiva política de distribuição de lotes em terras públicas, realizando massivas transferências de populações que ocupavam inúmeras áreas do Plano Piloto.

Essas iniciativas caracterizaram seu primeiro governo, que durou 2 anos, e permitiu sua primeira eleição em 3 de outubro de 1990, em primeiro turno, por meio do voto direto quando derrotou o médico Carlos Saraiva, candidato do PT que ficou em 2º lugar. Adiante trataremos de forma detalhada os resultados eleitorais obtidos pelos candidatos, partidos e coligações nestas eleições.

Roriz obteve forte apoio entre as classes populares, entre os partidos de centro e de direita e entre setores do empresariado local, que já praticavam e anteviam excelentes negócios com o Estado, por meio do modelo de gestão empreendida por Joaquim Roriz, muito ao gosto desses segmentos.

No ano anterior à eleição de Roriz, o resultado das eleições para Presidente da República na capital, no 1º turno, Lula ficou em 1º lugar com 220.600 votos e 28,19% da votação e Fernando Collor de Melo alcançou 22,07% da votação com 172.715 votos. Em 3º lugar ficou Mario Covas, que alcançou 135.193 votos com 17,38%, ficando Leonel Brizola com o 4º lugar obtendo 71.697 votos com 9,16% do total de votantes. No segundo turno da eleição presidencial, o resultado no Distrito Federal foi uma votação consagradora de Lula, que obteve 451.780 votos válidos (62,68%) contra 268.962 conferidos a Collor de Melo (37,32%), sendo que este, nacionalmente, foi eleito para a Presidência da República.

Com este resultado, além da consagração do PT como um partido de representação, à época, de amplos setores da sociedade, que não estavam filiados

organicamente à legenda, gerou um acúmulo que permitiria, 2 anos após a eleição de Collor, ajudar na construção de um poderoso movimento popular que serviu para ampliar e organizar o clamor e a mobilização nacional pelo impeachment do Presidente Collor.

Brasília tornou-se sede e foco de grandes manifestações de rua com a bandeira e as insígnias “Fora Collor”, palavra de ordem que foi a síntese que permitiu unir os estudantes e a juventude no movimento que ficou conhecido como “caras-pintadas”, onde milhares e milhares de jovens passaram a pintar seus rostos principalmente com as cores verde e amarela quando participavam dos protestos contra a corrupção e a favor do impeachment de Collor.

No Distrito Federal, mesmo tendo Joaquim Roriz como aliado, Collor não conseguiu evitar que o movimento agregasse inúmeros setores - dos sindicatos de trabalhadores e de entidades da sociedade civil, como a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dentre outras, que se juntaram à campanha pelo *impeachment*.

Importante ressaltar que Joaquim Roriz havia aderido a Collor de Melo e chegou a ocupar o Ministério da Agricultura no início de seu governo, durante 15 dias em 1990, quando havia se afastado temporariamente do cargo de governador do Distrito Federal.

Roriz trocou de partido, saindo do PMDB e ingressando em uma legenda do esquema palaciano, o PTR – Partido Trabalhista Renovador (que na atualidade passou a se chamar PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), da mesma forma que Collor de Melo havia se apoderado do PRN – Partido da Reconstrução Nacional, outra legenda de aluguel à época. Foi pelo PTR que Joaquim Roriz se candidatou ao governo do Distrito Federal, tendo como candidata a vice-governadora Márcia Kubistchek, filiada no PRN. Com essa coligação Roriz venceu as eleições, tendo obtido ainda o apoio de outros partidos de direita e conservadores organizados no Distrito Federal.

Foi em meio a esse clima que ocorreram as eleições parlamentares de 1990 no Distrito Federal, inaugurando a eleição direta para governador e para deputados distritais que iriam compor a 1ª legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, além da eleição de deputados federais e de um senador.

Nas eleições de 3 de outubro de 1990, Joaquim Roriz foi o candidato a governador eleito pela Frente Comunidade, em 1º turno, obtendo 366.036 votos, que correspondeu a 55,5% dos votos válidos, indicando o forte apoio obtido junto aos setores populares, principalmente nos assentamentos e nas cidades satélites. Carlos Saraiva, militante do Sindicato dos Médicos e ligado aos setores de esquerda do PT, ficou com a segunda colocação, obtendo 133.704 votos, o que correspondeu a 20,3% dos votos válidos.

Também concorreram como candidatos a governadores nesta eleição Maurício Corrêa, pela Frente Popular Brasília, que obteve 94.239 votos, que correspondeu a 14,3% da votação, Elmo Serejo Farias, da coligação Movimento Liberal Progressista, que havia sido governador nomeado pelo governo militar no período de abril de 1974 a março de 1979, que obteve 61.485 votos e 9,3% da votação, e Adolfo Lopes, candidato pelo Partido Trabalhista do Brasil, que obteve 4.208 votos e 0,6% da votação.

A coligação liderada por Roriz elegeu Valmir Campelo, do PFL, para o Senado com 290.422 votos, tendo Lauro Campos, do PT, alcançado o 2º lugar com 209.743 votos. Para a Câmara Federal, a disputa foi muito acirrada entre a direita, representada pela Frente Comunidade de Roriz, que elegeu 4 deputados federais, e a esquerda, representada pela Frente Popular Brasília e pelo Partido dos Trabalhadores, que elegeram 4 deputados federais, sendo 2 da Frente e 2 do PT. Os eleitos, seus partidos e a respectiva votação para a Câmara Federal em 1990, no Distrito Federal, se encontram no quadro abaixo:

<i>Deputados Federais eleitos</i>	<i>Partido</i>	<i>Nº de votos obtidos</i>
1- Augusto Silveira de Carvalho	PCB	42.989
2- Paulo Otávio Alves Pereira	PRN	38.253
3- Osório Adriano Filho	PFL	34.977
4- Benedito Augusto Domingos	PTR	27.368
5- Maria Laura Sales Pinheiro	PT	26.215
6- Jofran Frejat	PFL	22.785
7- Francisco Domingos dos Santos	PT	20.866
8- Luiz Carlos Sigmaringa Seixas	PSDB	12.870

Fonte: TRE-DF

Importante registrar que Joaquim Roriz, apesar de ter a máquina governamental, de ter milhares de cabos eleitorais pagos, de ter recebido milhões em recursos financeiros da iniciativa privada e de fornecedores do GDF, os setores de esquerda, liderados pelo PT, alcançaram índices que permitiram a eleição de expressivas bancadas, tanto de deputados federais, quanto de deputados distritais, além de uma boa votação obtida por Lauro Campos para o Senado e de Carlos Saraiva para o governo.

O quadro abaixo mostra o desempenho de todas as forças políticas na primeira eleição para a Câmara Legislativa do Distrito Federal:

<i>Deputados distritais eleitos</i>	<i>Partido</i>	<i>Votação obtida</i>
1- Pedro Celso	PT	19.139
2- Carlos Alberto Lima Torres	PPS	14.541
3- Maria de Lourdes Abadia	PSDB	13.607
4- Lúcia Helena de Carvalho	PT	11.506
5- Jorge Cauhy Junior	PMDB	8.712
6- Jonas Vettoraci	PSD	6.526
7- Peniel Pacheco	PSDB	6.382
8- Benício Tavares	PTB	6.036
9- Geraldo Magela Pereira	PT	5.940
10- Manoel Antonio de Andrade Neto	PMDB	5.623
11- Fernando Naves	PPB	5.490
12- Salviano Guimarães	PSDB	4.801
13- Agnelo Queiroz	PC do B	4.387
14- Maurilio Silva	PTR	4.198
15- Aroldo Satake	PPB	4.182
16- Eurípedes Camargo	PT	4.171
17- Edimar Pirineus	PMDB	4.156
18- José Edmar de Castro Cordeiro	PMDB	3.680
19- Tadeu Roriz de Araújo	PPB	3.624
20- Gilson Araújo	PPB	3.537

21- José Ornelas	PL	3.520
22- Rose Mary Araújo Miranda	PMDB	3.031
23- Cláudio Monteiro	PDT	2.887
24- Wasny Nakle de Roure	PT	2.848

Fonte: TRE-DF

Com uma composição majoritária de deputados fiéis a Roriz, portanto conservadora, foi difícil escrever e aprovar a Lei Orgânica do Distrito Federal com avanços significativos nos capítulos dos direitos sociais, trabalhistas e dos direitos humanos. Ocorre que a sociedade brasiliense já acumulara experiências de participação popular nas lutas contra a ditadura militar e durante a Constituinte entre 1986 e 1988, o que acabou possibilitando a mobilização dos diversos segmentos organizados para inscrever na Lei Orgânica os seus principais direitos e reivindicações.

Necessário destacar que os parlamentares distritais oriundos ou com vinculações nos movimentos populares ou sindicais, tiveram atuação destacada na apresentação de propostas à Lei Orgânica, e conseguiram aprovar muitas delas defendendo as teses e reivindicações desses segmentos. A Lei Orgânica do Distrito Federal foi promulgada em 8 de junho de 1993.

Com o Poder Legislativo local sob seu controle, o governador Joaquim Roriz conseguiu aprovar suas leis e proposições, apesar da oposição parlamentar, que em alguns momentos conseguiu até mesmo derrubar ou rejeitar projetos de interesse do Executivo.

No entanto, a relação do Executivo com o nascente Poder Legislativo iniciara com os vícios já conhecidos desse Poder em outros estados da Federação. Nisso a experiência administrativa de Roriz no Estado de Goiás o ajudou em seu primeiro governo, tanto no trato com a máquina pública, como em sua relação com a classe política, com a classe empresarial, e também no trato de sua comunicação com as camadas populares.

Durante seu governo, Roriz e os deputados da base governista lotearam as diversas Administrações Regionais, indicando administradores para essas cidades e também os principais cargos de confiança. Os parlamentares da base governista influenciaram também na indicação de alguns Secretários de Estado, presidentes de

empresas estatais e de outras estruturas administrativas do GDF. O governador tinha, portanto, as rédeas da situação política, uma boa relação com o Palácio do Planalto durante a gestão de Collor de Melo, controle sobre a Câmara Distrital e sobre o movimento popular de moradia, principalmente nos novos assentamentos e expansões, o que lhe conferia grande popularidade entre a população.

Enfrentava, é verdade, oposição radical do PT na Câmara Legislativa e do movimento sindical, onde a CUT e os principais sindicatos filiados faziam constantes mobilizações, passeatas e greves contra o seu governo e em defesa de suas reivindicações.

Crescia na classe média do Distrito Federal um sentimento de que Roriz só estava governando para os setores populares e tinha esquecido a população do Plano Piloto, dos Lagos Sul e Norte e de setores médios das grandes cidades como Taguatinga, Gama, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Sobradinho, Núcleo Bandeirante (Park Way), etc.

Certamente que essa era uma visão errônea desses segmentos, pois Roriz fazia exatamente o contrário. Ao povo concedia migalhas e esmolas, como cestas básicas, pão e leite, lotes semi-urbanizados em terras públicas, enquanto que para os setores mais abastados da sociedade concedia inúmeros benefícios fiscais, terras a preço de banana nas licitações e leilões da Terracap para a especulação imobiliária e para os setores da construção civil, além de outras benesses do Estado às corporações industriais e comerciais, o que fez ampliar uma nova elite econômica na capital da República.

Roriz sempre fez esse tipo de política em toda sua carreira. Com dubiedade, ele sempre transitou com prestígio entre a população de baixa renda, desorganizada e com carências de toda ordem, como uma espécie de “pai dos pobres”, e também entre as elites econômicas, que apoiavam este tipo de política que freava possíveis movimentos reivindicatórios e de protesto de parte da maioria da população – agia, portanto, como uma “mãe dos ricos”. Esses traços marcaram a ação política de Roriz.

5.2. EM BUSCA DE UM SUCESSOR E O GOVERNO CRISTOVAM BUARQUE

No entanto essa política contraditória trazia problemas para o esquema rorizista. A ação do movimento sindical e dos partidos políticos de oposição, principalmente o PT, ajudou a expandir um sentimento oposicionista às políticas de Roriz, o que influenciaria decisivamente o resultado das eleições de 1994 na Capital Federal. Com isso, o governador foi buscar em sua base parlamentar um nome que pudesse disputar o governo. Convidou o Deputado Federal Valmir Campelo, então filiado ao PTB, para assumir a candidatura de governador, avaliando que seria praticamente certa a vitória eleitoral naquelas circunstâncias históricas.

Fatos importantes da conjuntura nacional trouxeram problemas para o segundo mandato de Roriz nesse período, devido ao envolvimento de seu nome no escândalo de desvio de verbas federais, que resultou na criação da CPI do Orçamento, que aprovou a quebra do sigilo bancário do governador, fato que expôs várias irregularidades de seu governo como obras superfaturadas, existência de contas fantasmas, pagamentos de “propinas” a deputados distritais de sua base de apoio e outros indícios de corrupção.

Nesse quadro, o candidato Valmir Campelo entrava na campanha para governador em 1994 como franco favorito à vitória, porque tinha o apoio de Roriz e por ter conseguido formar uma ampla aliança com todos os partidos de centro e da direita, enquanto que o candidato do PT, Cristovam Buarque, que no início da campanha eleitoral, segundo pesquisas realizadas por diversos Institutos, não chegava a 4% de intenções de voto no início da campanha. Na avaliação que os estrategistas da campanha de Roriz faziam, Cristovam não seria páreo sério na disputa eleitoral.

Foi, no entanto, uma das mais disputadas eleições que o Distrito Federal já assistiu, com um envolvimento crescente de militantes nas ruas, realização de grandes carreatas e massivos comícios em todas as cidades, e uma polarização que fez surgir torcidas, onde as cores e bandeiras vermelhas identificavam a campanha de Cristovam, simbolizando principalmente o PT e o amarelo simbolizando e identificando a militância e a coligação de partidos que apoiavam Valmir Campelo.

O resultado do primeiro turno, deu Valmir Campelo, do PTB em 1º lugar com 33,2% dos votos (304.848), Cristovam Buarque, do PT ficou em 2º lugar com 31,2% dos votos (285.841), Maria de Lourdes Abadia obteve 16,9% dos votos (155.164), Ildeu Araújo, do PRONA obteve 1,03% (9.457) dos votos, Paulo Timm, do PDT obteve 0,91% dos votos (8.637) e João Ferreira, do PSC obteve 0,56% dos votos (5.138). Foram contabilizados 9,11% de votos em branco (83.367) e 6,88% de votos nulos (62.996) levando com isso a eleição para um segundo turno, onde Cristovam Buarque venceu conquistando 53,9% dos votos e Valmir Campelo ficou com 46,1% dos votos.

Importante registrar que Maria de Lourdes Abadia declarou seu apoio a Cristovam Buarque no segundo turno, depois que Joaquim Roriz a agrediu com palavrões e xingamentos durante o processo eleitoral do 1º turno, fato que ajudou a vitória do candidato do PT. Ela chegou a integrar o Governo Democrático e Popular de Cristovam como Secretária de Turismo, tendo pedido exoneração de seu cargo quando o PT - então adversário e crítico radical das políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso – intensificou a luta oposicionista, tanto no Congresso Nacional através de seus parlamentares, quanto nas ruas através de manifestações populares e sindicais contra as políticas recessivas, de desnacionalização da economia e de arrocho salarial contra a classe trabalhadora.

O resultado eleitoral de 1994 mostrou mais uma vez a força de Lula entre o povo do Distrito Federal quando alcançou 364.541 votos contra 315.106 votos dados a FHC. Os demais candidatos à Presidência da República obtiveram as seguintes votações: 79.237 votos para Enéas Carneiro, do PRONA, 21.162 votos para Orestes Quércia, do PMDB, 17.127 votos para Esperidião Amin, do PPR, 11.113 votos para Leonel Brizola, do PDT, 3.525 votos para Hernani Fortuna, do PSC e 2.627 votos para Carlos Gomes, do PRN.

Na eleição para o Senado também houve intensa disputa pelas duas vagas, sendo eleito o professor Lauro Campos em 1º lugar com 352.464 votos, representando a coligação de esquerda integrada pelo PPS, PT, PC do B, PSB, PPS, PSTU e José Roberto Arruda com 301.194 votos ocupando a 2ª vaga em disputa.

Para a Câmara Federal mais uma vez a disputa foi acirrada entre os dois blocos que iam se afirmando nos processos eleitorais. A coligação de esquerda PT, PSTU,

PPS, PSB e PC do B elegeram 4 deputados federais: Chico Vigilante, Augusto Carvalho, Agnelo Queiroz e Maria Laura, enquanto a coligação de centro direita, integrada pelo PTB, PMDB, PFL e PP elegeram os outros 4 deputados federais, Wigberto Tartuce, Osório Adriano, Benedito Domingos e Jofran Frejat.

Na eleição para a Câmara Distrital em 1994 houve um fenômeno eleitoral, que foi a votação obtida por Luiz Estevão de Oliveira Neto, rico empresário do ramo da construção civil e do comércio, dono do Grupo OK, que se elegeram com 46.205 votos pela coligação liderada pelo PMDB, e ajudou a eleger uma grande bancada de oposição ao governo de Cristovam Buarque.

Luiz Estevão liderou todas as iniciativas de combate e oposição aos programas e projetos de iniciativa do governo petista, mobilizou contingentes de moradores de áreas de ocupação para protestar, além de ter estimulado novas ocupações em vários pontos do Distrito Federal, sendo o caso da Estrutural, localidade situada próxima do Parque Nacional e do Setor de Indústrias, o mais emblemático. Além de estimular o crescimento dessa ocupação, doando materiais de construção mínimos para erguer os barracos dos novos moradores, Luiz Estevão mobilizou os demais parlamentares de oposição ao governo a apoiarem o crescimento e a expansão de moradores no local. Houve graves e sérios conflitos entre a população e a Polícia Militar, sendo que em um deles, a 9 de julho de 1997, houve a morte de moradores atribuída à ação da Polícia Militar em represália à morte de um soldado PM naquele local, o que gerou enorme desgaste para o governo do PT, principalmente entre as populações residentes em assentamentos e ocupações existentes à época.

Na Câmara Legislativa, o deputado oposicionista fez de seu gabinete uma espécie de “bunker”, onde todas as categorias de servidores públicos do GDF, principalmente aquelas que se opunham ao governo do PT, tinham total apoio, inclusive financeiro, para suas atividades, mobilizações e greves.

Além de Luiz Estevão, a coligação liderada pelo PMDB e integrada pelo PTB, PFL e PP, aliada às 2 outras coligações de centro direita, integrada pelo PPR, PMN, PSDB e PL, PRN, PV e PRP, conseguiram eleger 13 outros deputados distritais, o que constituiu sérias dificuldades para a governabilidade petista à frente do GDF.

Apesar das dificuldades, Cristovam Buarque liderou uma equipe constituída por dirigentes oriundos dos movimentos de resistência à ditadura militar, dos partidos políticos de esquerda e de sustentação do governo, principalmente do partido majoritário da coligação, o PT, e por profissionais que já haviam trabalhado com ele quando reitor da UnB, o que permitiu ao governo a implementação de um novo modo de governar, com participação popular e soluções criativas para resolver inúmeros problemas, transparência e honestidade na gestão e na aplicação dos recursos financeiros do Estado.

Durante o período do governo Cristovam, Joaquim Roriz optou por retirar-se do cenário político por algum tempo, e foi cuidar de seus negócios como empresário do setor rural, tanto em suas fazendas no estado de Goiás, como nos Estados Unidos, onde também possui uma fazenda de gado de raça em Nova Jersey.

No entanto, não descuidou de manter os contatos com sua base eleitoral e com os seus principais colaboradores no Distrito Federal, preparando sua campanha para voltar ao governo do DF em 1998. Uma de suas iniciativas no período foi o retorno ao PMDB e a construção de uma ampla frente de oposição ao governo petista para a disputa que se aproximava, repetindo na prática a polarização verificada na eleição de 1994.

5.3. A VOLTA AO GOVERNO

A eleição de 1998 manteve a polarização que havia existido em 1994. Foi decidida em dois turnos, sendo que Cristovam ganhou no primeiro turno, com 42,7% dos votos, ficando Joaquim Roriz com 39,2% em segundo lugar e José Roberto Arruda, com 17,8% em 3º lugar. Houve intensas negociações entre o Palácio do Planalto, Arruda, FHC e Roriz para fechar a aliança vitoriosa no Distrito Federal que derrotaria Cristovam no 2º turno das eleições.

Durante a campanha, o episódio da violência policial na Estrutural foi amplamente utilizado pelos marqueteiros da coligação de Roriz para passar a imagem que Cristovam não gostava dos pobres e Roriz, ao contrário, era o protetor dos humildes. Roriz capitalizou ainda durante sua campanha o descontentamento que havia

entre diversas categorias de trabalhadores e de servidores do GDF, que não tiveram suas reivindicações atendidas por Cristovam, devido ao contingenciamento de recursos do governo federal. Vale observar que tais recursos eram destinados às áreas de segurança, educação e saúde. Não havia na época a regulamentação do Fundo Constitucional para os repasses às áreas citadas, o que limitava o volume de recursos e impedia, por exemplo, a concessão de reajustes salariais aos servidores nos índices reivindicados pelos sindicatos. Roriz soube aproveitar esse descontentamento durante sua campanha.

Empossado em seu terceiro mandato a partir de 1º de janeiro de 1999, Roriz retoma os programas assistencialistas voltados para a população dos assentamentos e das novas cidades, seu principal reduto eleitoral, principalmente a distribuição de pão e leite e as cestas básicas.

Não esqueceu de ampliar o programa de doação de lotes e de criação de novas cidades ou a ampliação de outras. Foi o caso da expansão do Paranoá, denominada Itapoã, localidade que possui cerca de 50 mil habitantes, o Condomínio Sol Nascente, localizado na Ceilândia Sul, onde ocupa área que originariamente era destinada a chacareiros, áreas de expansão para moradias em São Sebastião, a fixação definitiva da Vila Estrutural como uma nova cidade, expansão da Vila São José em Brazlândia, expansão do setor de moradias do Vale do Amanhecer para a localidade de Pacheco, Riacho Fundo II, Sobradinho II, CAUB - Conglomerado Agro-Urbano de Brasília, dentre outros, são exemplos da política de Roriz nesse setor.

Foi um período no qual ocorreram também ocupações e loteamentos de áreas destinadas à classe média, muitas das vezes em terras públicas de propriedade da Terracap ou em terras em litígio entre o governo e presumíveis proprietários.

O estilo de governar não mudou em Roriz, ao contrário, ele procurou com sua política assistencialista e clientelista ampliar as bases do PMDB nas cidades satélites e a reforçar políticos tradicionais de sua base de sustentação e a apoiar novas lideranças que iam surgindo nos movimentos atrelados ao GDF, como foi o caso das cooperativas habitacionais, das Associações do Transporte Alternativo (VANS), de entidades assistencialistas e ONG`s e de alguns sindicatos atrelados ao governo na área de algumas categorias do funcionalismo público do GDF, em especial, o Sindicato da

Polícia Civil, que à época agia como uma espécie de guarda pretoriana do governador e de seus correligionários.

Além das questões anteriormente abordadas, o terceiro governo de Roriz sofreu várias ações na Justiça por meio de entidades, partidos políticos e cidadãos, por uso e abuso da máquina do Estado para favorecer aliados e por denúncias de corrupção e malversação do dinheiro público.

Com maioria folgada na Câmara Distrital, remanejando parlamentares eleitos para ocuparem Secretarias e com isso abrindo vagas para suplentes ocuparem os cargos de deputados, nomeando pessoas indicadas por sua bancada parlamentar para postos importantes na Administração, Roriz consegue aprovar todos os projetos de seu interesse.

Nas eleições de 2002, novamente o Distrito federal assiste à polarização entre as coligações, uma liderada pelo PMDB e a outra liderada pelo PT, numa repetição do clima das eleições anteriores. Para enfrentar Joaquim Roriz, o PT escolhe em convenção o nome de Geraldo Magela. A eleição só foi decidida em segundo turno.

No primeiro turno, Roriz obteve 42,9% dos votos, enquanto Magela ficou com 40,8% dos votos. O resultado do 2º turno apontou a vitória de Joaquim Roriz com 50,63% dos votos, enquanto Geraldo Magela obtinha 49,37%.

Também nesse pleito o uso da máquina pública, a contratação de milhares e milhares de cabos eleitorais, o uso do aparato de segurança, principalmente da Polícia Civil, o abuso do poder econômico, a intimidação de opositores e servidores públicos do GDF, foram algumas das irregularidades apontadas pelo PT e aliados junto aos Tribunais e junto ao Ministério Público. Algumas dessas iniciativas obtiveram provimentos e se transformaram em ações que Roriz responde até hoje e outras ações foram arquivadas.

Para o Senado, as eleições foram equilibradas. Cristovam foi o candidato eleito da coligação liderada pelo PT e obteve 680.715 votos, enquanto Paulo Otávio, do PFL ocuparia a segunda vaga do Senado com 553.707 votos.

Nas eleições presidenciais, Lula venceu no primeiro e no segundo turno com ampla vantagem sobre seus concorrentes, tendo obtido votações consagradoras nos dois turnos. Para a Câmara Federal, o bloco liderado pelo governador Roriz elegeu 5

deputados federais e a aliança liderada pelo PT elegeu 3 deputados. Para a Câmara Distrital, o bloco de apoio a Joaquim Roriz elegeu 16 deputados enquanto que a oposição elegeu 8 parlamentares, numa demonstração da capilaridade e continuidade da presença do esquema político montado pelo governador durante seu governo junto às camadas populares do Distrito Federal, como demonstram os mapas dos resultados eleitorais do TRE-DF por zonas e cidades do Distrito Federal.

Vencida mais uma eleição, dessa vez com o apoio de Maria de Lourdes Abadia, do PSDB, que se elegeu como Vice Governadora, Joaquim Roriz faz um novo governo, entre 2003 e 2005, ano em que se afasta para cuidar de sua campanha ao Senado, que ocorreria em 2006.

Passou o governo para a vice Maria de Lourdes repetindo as mesmas políticas e as mesmas táticas para manter sua popularidade junto às parcelas mais necessitadas da população. Roriz mantém sua base de apoio junto ao empresariado que sempre lhe tem sido fiel, tanto no apoio às suas campanhas quanto no recebimento, em troca, dos favores do Estado, principalmente através de obras e contratos.

Suas últimas medidas como Governador do Distrito Federal obedeceram à mesma lógica de sempre, a de favorecer os amigos e apoiadores, de usar terras públicas para programas de assentamentos e moradia, de fazer endividamento do GDF através de financiamentos internacionais para as grandes obras que beneficiam principalmente as empreiteiras amigas e de manter a política assistencialista e clientelista junto ao povo com os programas “Pão e Leite”, onde são distribuídos estes produtos às famílias que comprovadamente recebam menos de meio salário mínimo ao mês, “Fala Povo” e os “Despachos Populares”, onde o governador vai até às cidades e por meio de reuniões abertas à população, recebe por meio de seus assessores as principais demandas e pedidos de obras, serviços, lotes, regularização fundiária e outras demandas.

Importante assinalar que esta característica, o contato direto com a população pobre e necessitada, é uma de suas principais experiências trazidas do tempo em que ocupou a Prefeitura de Goiânia, quando foi nomeado prefeito interventor pelo então governador Íris Resende em 1986.

Nas eleições de 2006, o Distrito Federal foi impactado pela crise que se abateu sobre o PT e sobre os partidos aliados, quando denúncias comprovadas de corrupção mostraram a cúpula desse partido envolvido no esquema do “mensalão”, juntamente com lideranças nacionais de alguns dos partidos da base aliada no Congresso Nacional, e no desvio de recursos públicos para o financiamento de eleições e rateio de dinheiro entre os principais dirigentes desses partidos aliados do Presidente Lula.

Sem Joaquim Roriz na disputa para governador, já que havia se lançado como candidato ao Senado Federal, surge com força no cenário político o deputado federal José Roberto Arruda, do PFL, como candidato ao GDF.

O PT, desmoralizado perante seu eleitorado, lança a deputada distrital Arlete Sampaio, que nunca se envolveu nos episódios denunciados, como alternativa para enfrentar Arruda e Maria de Lourdes Abadia, que se lança pelo PSDB como candidata a governadora.

À esquerda, o PSOL lança a candidatura de Antônio Carlos de Andrade como candidato a governador. José Roberto Arruda ganha a eleição em 2006, ainda no primeiro turno, com 50,38% dos votos (663.364), seguido de Maria de Lourdes Abadia, a candidata apoiada por Roriz, com 23,97% dos votos (315.671). Arlete Sampaio, da coligação liderada pelo PT fica em 3º lugar com 20,93% dos votos (275.660) e Antônio Carlos de Andrade, do PSOL fica em 4º lugar com 4,24% dos votos (55.898).

Na eleição para a Câmara Federal o PT elegeu apenas Geraldo Magela. O outro partido da coligação da esquerda, o PSB, elegeu Rodrigo Rolemberg. Os partidos da base rorizista e aliados elegeram como deputados federais Tadeu Filipelli, Augusto Carvalho, Coronel Fraga, Jofran Frejat, Robson Rodovalho, Izalci Lucas e Laerte Bessa.

O PT também diminuiu sua presença na Câmara Distrital, passando de 5 para 4 deputados distritais eleitos, enquanto que os parlamentares da base de apoio a Joaquim Roriz ampliaram sua representatividade naquela instituição.

Estes resultados evidenciaram, mais uma vez, a força de Joaquim Roriz na vida política do Distrito Federal, sua influência entre a população mais explorada e excluída dos processos econômicos e sociais, e de como práticas clientelistas e populistas que

vem desde a época da Primeira República ainda persistem em regiões do País como o Centro Oeste.

6. CONCLUSÃO

Procurei, neste trabalho, reunir informações que possibilitassem conhecer a motivação de amplos setores das classes populares no Distrito Federal para a definição de seu voto em favor de um líder com as características de Joaquim Domingos Roriz.

Ao reunir estas informações através de jornais, livros, teses acadêmicas, artigos de revistas especializadas, sites na Internet, dentre outras fontes, busquei organizar o texto da monografia situando historicamente como seu início, o momento da eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955, e sua decisão de construir Brasília no Planalto Central do país.

Busquei ainda estudar melhor o perfil daqueles brasileiros que atenderam à conclamação presidencial e vieram, sozinhos ou acompanhados de suas famílias, para viverem as agruras dos primeiros tempos de desbravamento do cerrado e da construção dos prédios de arquitetura futurista, que dariam corpo ao Plano Piloto de Brasília e abrigaria os prédios residenciais e públicos.

Da inauguração da capital à implantação da ditadura militar, em 1964, registro inúmeros movimentos dos trabalhadores por moradia digna, por melhores salários e condições de trabalho, bem como o crescimento da cidade e de inúmeros acampamentos e ocupações que dariam lugar à criação das primeiras cidades satélites, além do registro dos principais fatos que marcaram a conjuntura política, econômica e social do período, no Brasil, e os acontecimentos mais importantes ocorridos em Brasília.

Durante a ditadura militar, período em que Brasília viveu uma certa “paz dos cemitérios”, onde toda e qualquer manifestação política fora proibida, os movimentos sociais perseguidos e a oposição política calada, ocorreram inúmeras experiências na relação dos governantes locais, prefeitos e governadores nomeados pelos militares, com a população pobre, integrada principalmente pelos trabalhadores oriundos dos estados do nordeste brasileiro, quando da formação e povoamento dos primeiros assentamentos que viriam a constituir as cidades do Distrito Federal.

Estas experiências serviram de referências para o que Roriz viria praticar anos mais tarde. Maria de Lourdes Abadia, que foi deputada distrital, deputada federal, Secretária de Estado e Governadora do Distrito Federal, ilustra bem o exemplo de práticas políticas assistencialistas e populistas desenvolvidas quando entrou para a vida pública, bem antes do surgimento de Joaquim Roriz na política local.

A ex-governadora foi uma das responsáveis pela transferência de moradores de inúmeras ocupações do Plano Piloto para constituir a Ceilândia, nos anos 70, o que lhe conferiu a autoria de métodos, antes de Roriz, de relacionar-se com as populações de baixa renda do Distrito Federal, bem ao estilo populista, uma espécie de “mãe” dos pobres e desamparados, prática que se tornaria tão presente no cenário político local, principalmente após 1988.

A partir da consolidação das cidades do Distrito Federal e seu aumento populacional, todos os problemas das grandes metrópoles também chegaram à Capital.

Neste quadro, a partir de 1986, quando o Distrito Federal conquista uma parte de sua autonomia política, elegendo Senadores e Deputados Federais, é iniciada forte disputa política entre segmentos partidários e sindicais que se opunham à ditadura militar, com aqueles que eram seguidores e adeptos dos partidos que lhe davam sustentação.

As eleições que se seguiram a partir de 1990 tiveram a presença de um novo elemento na disputa política local. Vindo de uma experiência de governo junto de Iris Resende em Goiás, Joaquim Roriz se torna Governador entre 1988 e 1989, nomeado por José Sarney, e reproduz aqui o populismo e o clientelismo entre as classes mais oprimidas e pobres da população do Distrito Federal, da mesma forma que praticava na capital de Goiás.

Com base nos estudos dos resultados de todas as eleições realizadas no Distrito Federal, até o ano de 2006, foi possível identificar na trajetória e nas práticas de Roriz, a política que o fez praticamente imbatível nas eleições em que disputou na Capital da República, através do uso do clientelismo, do populismo e do assistencialismo, associados a práticas de corrupção e uso da máquina do Estado para alcançar seus objetivos.

Quando de sua renúncia ao mandato de Senador em 2007 para não ser cassado e perder seus direitos políticos por 10 anos, Roriz afirmou em seu breve pronunciamento na Tribuna do Senado que preservava seus direitos políticos, para “*ter a chance de poder continuar trabalhando pelo povo humilde do Distrito federal*”, além de utilizar o sentimento religioso, cristão e católico, de forma messiânica, afirmando que “*Deus havia mostrado o caminho a seguir naquele momento difícil*”.

De fato, o ex-governador trabalha muito bem o aspecto religioso e messiânico de sua personalidade junto às camadas pobres e miseráveis da população, deixando sempre no ar a idéia de que ele seria um predestinado a governar os destinos daqueles que viriam morar e viver em terras que outrora pertenceram à sua família, antes da criação do Distrito Federal em território pertencente ao Município de Luziânia.

Outras demonstrações desse perfil messiânico do líder predestinado, do amigo e protetor dos menos favorecidos, aparecem em várias de suas entrevistas e declarações, como por exemplo, a que concedeu ao Correio Braziliense, à jornalista Samanta Sallum, na edição que circulou em 5 de setembro de 2007, depois de sua renúncia ao cargo de Senador devido às denúncias de corrupção por ele praticadas. Em vários trechos de sua entrevista invoca o nome de Deus, diz que é “*muito temente a Deus*”, que o “*futuro a Deus pertence*”, utilizando sempre a imagem de um líder muito religioso, que em realidade, sempre foi mesmo puro marketing político.

A essa prática, um outro familiar importante pertencente ao clã dos Roriz, o Dr. Benjamim Roriz, disse em entrevista à Revista Brasília em Dia, em sua edição de julho de 2005, justificando a prática de seu ilustre parente e aconselhando as novas gerações de políticos que estão iniciando agora sua vida pública a

fazer tudo o que for possível para socorrer aqueles que realmente precisam, aqueles necessitados, que jamais sabem se terão um café da manhã, ou se têm um almoço, lhes falta a certeza de que irão jantar. Ou seja, os miseráveis que estão esperando o pão e o leite. É isso que o governador Joaquim Roriz procura implantar aqui, com o empenho da vice-governadora Maria de Lourdes Abadia. É clientelismo? Absolutamente não. Na prática, é o solidarismo cristão, a partir do ensinamento de Jesus, que nos pregou “daí o que comer a quem tem fome...”

No entanto, a realidade e a prática política de Roriz no Distrito Federal estão longe desses ensinamentos cristãos.

São bastante conhecidas suas reações truculentas, racistas e até descontroladas diante de críticas de opositores e mesmo da imprensa. Durante visita que fez à cidade de Brazlândia na campanha eleitoral de 2002, ao avistar um cidadão negro com uma bandeira do PT em meio ao seu comício, Roriz o xingou publicamente com as palavras “crioulo petista” e ainda insuflou seus apoiadores a agredirem o manifestante.

Roriz teve interceptada uma escuta telefônica, gravada por seu advogado de confiança, Dr. Eri Varela, que acabou se tornando pública, na qual se expressa de forma descontrolada contra José Roberto Arruda, à época seu desafeto, com xingamentos e palavrões impúblicáveis. É do conhecimento público suas reações desrespeitosas contra as mulheres, sendo o exemplo mais contundente, as agressões verbais proferidas contra Maria de Lourdes Abadia durante a campanha eleitoral de 1994, fato inclusive que ajudou na definição do resultado eleitoral naquele ano, pois a candidata acabou apoiando e indicando o apoio de suas bases à candidatura de Cristovam Buarque. Esse lado e essas características do líder Joaquim Roriz são pouco conhecidas do povo do Distrito Federal.

Só mesmo com a ampliação e divulgação das informações sobre os principais líderes políticos do Distrito Federal, em um ambiente de verdadeira democracia e participação popular, onde todos os partidos políticos e entidades representativas da sociedade civil tenham acesso igualitário aos meios de comunicação para divulgarem seus programas, suas opiniões e críticas sobre os fatos mais relevantes de interesse da população, é que poderemos vislumbrar um aperfeiçoamento das instituições integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Além disso, é urgente que haja uma reformulação completa nas regras do processo eleitoral brasileiro, acabando de vez com o financiamento privado das campanhas eleitorais, fonte e ambiente do qual brotam personagens políticos como Joaquim Roriz, Paulo Maluf e tantos outros da mesma linhagem e práticas políticas.

Considerando as definições existentes para o populismo como sendo as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 980), certamente a doutrina e prática de Joaquim Roriz, desde que resolveu atuar na política

local, tem maior identidade com o puro clientelismo herdado de práticas verificadas desde o advento da República, à época do coronelismo, passando pelas experiências caudilhescas de traços populistas com Getúlio Vargas até 1945. Por isso, alguns adversários políticos do ex-governador cunharam o termo “*Coronel do Cerrado*” para identificá-lo com práticas assemelhadas às dos antigos coronéis da política brasileira, existentes principalmente durante a 1ª República até o advento do governo de Getúlio Vargas.

Portanto, os aspectos centrais abordados na presente monografia, buscaram conhecer melhor porque ainda se praticam políticas clientelistas, com traços do populismo clássico, e de como uma liderança com o perfil de Joaquim Roriz e de seus seguidores, parlamentares ou não, tem se perpetuado majoritariamente na política, com ampla representatividade no seio do povo, sendo sucessivamente eleitos em plena Capital da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jorge. *Como vota o Brasileiro*. Salvador: Casa Amarela, 1996.
- ANTUNES, Gabriela Borges. *O Poder Político no Distrito Federal: A Trajetória de Joaquim Roriz*. 2004. 132. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília – UnB, Brasília).
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política – Volume 2*. 13 Ed. Brasília: Editora UnB, 2007.
- BRASIL, *Conselho aos Governantes*, Volume 15, 3ª Ed. Brasília: Senado Federal, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Volume 40. Nº 2, Rio de Janeiro: Dados, 1997.
- DISTRITO FEDERAL, PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - Documento Técnico – Versão Final, Novembro de 2007.
- JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. 5 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- JUNIOR, Raimundo; BALDUÍNO, Gustavo. *Brasília 2002, memórias de uma eleição*. Brasília: LGE, 2004.
- MULHOLLAND, Timothy; Faria, Doris de. *DF em Questão. A Universidade e as Eleições 2006 no DF*. Editora UNB. 2006.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora UnB, 2008.
- SILVA, Ernesto. *História de Brasília. Um Sonho, Uma Esperança, Uma realidade*. Brasília: CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas, 1997.
- TRE-DF. *Boletins de Resultados das Eleições no Distrito Federal de 1986 a 2006*.